



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Adylla Dourado Dantas

SEPARAÇÃO CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: uma revisão sistemática

Palmas – TO

2018

Adylla Dourado Dantas

SEPARAÇÃO CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO
INFANTIL: uma revisão sistemática

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.a Me. Cristina D'Ornellas Filipakis.

Palmas – TO

2018

Adylla Dourado Dantas

SEPARAÇÃO CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO
INFANTIL: uma revisão sistemática

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof.a Me. Cristina D'Ornellas Filipakis.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Me. Cristina D'Ornellas Filipakis

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a Me. Izabela Almeida Querido

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Iran Johnathan Silva Oliveira

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por toda sabedoria, força e aprendizado para encerrar mais um ciclo da minha vida. Sou eternamente grata aos meus pais (Francisco Dantas e Rosa Maria) por toda apoio, incentivo e confiança, sem vocês nada teria sentido, vocês são a minha base e inspiração de todos os dias. Aos meus irmãos (Adriene e Adriano) por todo cuidado, carinho e apoio. Aos meus sobrinhos (Adrielly e Heitor), que são luz em minha vida. Eu amo vocês!

Não poderia deixar de agradecer a minha segunda família em Palmas a “república dos primos” (Kaique, Kelly, Pedro, Rômulo, Samilla, Samuel e Taiana), obrigada por todo apoio durante esses 5 anos, como eu sempre digo “vocês são legais demais!”. Não tem preço o que fizeram e fazem por mim. A tia de coração Ana Lúcia, e sua família (Alves, Ana Teresa e Maria Fernanda), obrigado por todo apoio, e por ter me acolhido quando cheguei a Palmas. Obrigada por tudo.

As minhas amigas que estiveram comigo desde o começo dessa trajetória, e que encontrei ao longo do curso (Adrielle, Amanda, Ana Gabriela, Ane Dímina, Vitória, Thayanne, Lauana, Carol, Lorena, Tátyla, Marina) vocês são pessoas que quero levar para todo sempre, obrigada por todo apoio, noites de estudos, vocês alegram a rotina e somam tanto em minha vida. Grata pela amizade e por tudo que fizeram e fazem por mim. Presentes da psicologia. Amo!

As meus amigos de longa data, que mesmo de longe me incentivam e me apoiam em todos os momentos (Hellen, Herlane, Júnior, Lizandra, Luísa, Ranielly), minhas coisinhas do coração.

A minha banca que muito contribuiu para a realização deste trabalho, ouvi cada consideração com aceitação e respeito, pois sabia que seriam valiosas e como de fato foi. Gratidão.

Por fim, a minha orientadora, mais linda do mundo, Cris você é maravilhosa, jamais irei esquecer o quanto aprendi com você, obrigada pela paciência e por se dispor a me orientar durante esse processo. Sou eternamente grata, você é SHOW!

RESUMO

DANTAS, Adylla Dourado. **Separação conjugal e suas consequências no desenvolvimento infantil**. 2017. 58 p. Trabalho de conclusão de curso (GRADUAÇÃO) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2017.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar como o processo de separação conjugal pode influenciar no desenvolvimento psicossocial de crianças de 2 a 6 anos e como a perspectiva sistêmica pode contribuir para compreender esse processo. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a separação conjugal e suas consequências no desenvolvimento infantil de crianças de 2 a 6 anos, através de artigos publicados no período de 2007 a 2017. Durante a coleta de dados foi possível selecionar 12 (doze) artigos de acordo com o critério de inclusão, mas 3 (três) destes não estavam relacionados a abordagem que a pesquisa propõe, assim 9 (nove) artigos atenderam ao critério de inclusão do estudo, entre os artigos encontrados no período proposto apresentou-se apenas 1 (um) correspondente a 2007 e 1 (um) a 2008, e os demais entre os anos 2012 a 2016. Destacou-se nos resultados que o meio familiar é relevante no processo de desenvolvimento dos filhos, a medida que a mesma apresenta uma ruptura, como a separação conjugal pode vir a causar consequências nos que fazem parte do sistema. Na análise dos artigos foram identificados os conceitos de alienação parental; rompimento emocional; processo de transmissão geracional.

Palavras-chave: Separação Conjugal. Infância. Visão Sistêmica.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate how the process of marital separation can influence the psychosocial development of children from 2 to 6 years and how the systemic perspective can contribute to understand this process. A bibliographic review was carried out on marital separation and its consequences on the development of children from 2 to 6 years of age, through articles published in the period from 2007 to 2017. During the data collection it was possible to select 12 (twelve) articles according to the inclusion criterion, but 3 (three) of these were not related to the approach proposed by the research, so 9 (nine) articles met the criterion of inclusion of the study, among the articles found in the proposed period only 1 (one) corresponding to 2007 and 1 (one) to 2008, and the other between the years 2012 to 2016. It was emphasized in the results that the family environment is relevant in the process of development of the children, as it presents a rupture, as the separation may have consequences for those who are part of the system. In the analysis of the articles were identified the concepts of parental alienation; emotional breakdown; process of generational transmission.

Keywords: Conjugal Separation. Childhood. Systemic Vision.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Estágios do desenvolvimento cognitivo de Piaget.....	13
Quadro 2- Estágios psicossociais de Erikson.....	16
Quadro 3 – Escala de diferenciação de self.....	26
Quadro 4- Categoria triangulação.....	37
Quadro 5- Categoria desenvolvimento psicossocial	40
Quadro 6: Categoria transmissão multigeracional; processo de projeção; patologia de triângulo.....	44
Quadro 7- Categoria novos arranjos familiares e consequências familiares.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP	Cento Universitário Luterano Palmas
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESENVOLVIMENTO INFANTIL	11
3. VISÃO DE FAMÍLIA NA VISÃO SISTÊMICA	19
3.1 MODELO FAMILIAR DE MINUCHIN	20
3.2 VISÃO FAMILIAR DE BOWEN.....	25
4. O PROCESSO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	29
5. METODOLOGIA.....	33
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A família, de acordo com Sanchez (2012), é o contexto natural para as pessoas crescerem e receberem apoio familiar (mãe, pai, avô, avó, tios, etc). Todos aqueles que estão inseridos no meio familiar devem cumprir o papel de garantir pertencimento e promover a individualização do sujeito, que, por sua vez, elabora a própria identidade.

Nesse sentido, Minuchin (1982, p.57) afirma que “a estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem”. A família funciona através de padrões transacionais, ou seja, os que limitam o comportamento do qual fazem parte da estrutura familiar.

Atualmente, a constituição familiar pode apresentar diversas configurações. Uma delas é a família nuclear, que é composta por pai, mãe e filhos, sendo cada um desses um subsistema, que tem um papel específico a ser exercido dentro da família (Calil, 1987). Já a família recomposta é estabelecida através dos laços conjugais depois de divórcios ou separações. Nessas famílias, geralmente existem filhos de casamentos ou distintas ligações, resultando o parentesco de meios-irmãos entre esses filhos (DIAS, 2011).

Oliveira (2009) explana que famílias monoparentais são aquelas nas quais homem ou mulher vive sem cônjuge, tendo um ou mais filhos. Já as famílias homoafetivas são constituídas por duas pessoas do mesmo sexo que podem ter ou não filhos (DIAS, 2011).

Nestas famílias, independentemente de suas constituições, pode-se observar que o desenvolvimento infantil, segundo Felipe (2001), ocorre de uma forma dinâmica, nas quais as crianças são receptoras de conteúdos que são apresentados ao seu redor. No ambiente em que vivem, por meio da interação que se dá com outras crianças e adultos, essas crianças acabam desenvolvendo capacidade afetiva, sensibilidade, autoestima, pensamento, raciocínio e linguagem.

Nesta pesquisa, o foco será dado ao desenvolvimento infantil entre 2 e 6 anos de idade, momento que, segundo Papalia e Feldman (2013), as crianças apresentam um desenvolvimento físico contínuo e têm mais aparência de adulto se comparadas às crianças de 0 a 2 anos. Quanto ao aspecto cognitivo, o pensamento é egocêntrico, mas desenvolvendo o entendimento da opinião dos outros. No aspecto psicossocial, o autoconceito e entendimento dos sentimentos e emoções é algo considerado de certa complexidade, e estas crianças expandem sua autonomia e autodomínio. Nessa fase, o meio familiar continua sendo centro da vida social, mas com o conhecer de outras crianças, essas passam a ser importantes na vida dessas crianças.

Neste mesmo contexto, há a possibilidade de ocorrer a separação conjugal, que pode acarretar diversas consequências na organização e nas relações familiares. Segundo Schabbel (2005), no momento em que há a separação, a criança ou adolescente encara o medo e os impactos de um ambiente familiar que não será mais o mesmo, assim tendo que aprender a lidar com tal mudança.

O autor ainda ressalta que, quando um casal se separa, os filhos enfrentam um período difícil de tentativa de solucionar assuntos práticos, como por exemplo, guarda compartilhada e visita, ou situações emocionais, como superar o término de rotinas que já eram tradição na família, o rompimento do convívio diário com um dos progenitores e a impressão de não ser amado, dentre outros.

Assim, diante do que foi exposto, a pesquisa pautou-se no seguinte problema: De que maneira o processo de separação conjugal pode influenciar no desenvolvimento psicossocial de crianças de 2 a 6 anos e como a psicologia pode contribuir na compreensão desse processo?

Partindo desses questionamentos, o presente trabalho objetivou, de maneira geral, investigar como o processo de separação conjugal pode influenciar no desenvolvimento psicossocial de crianças de 2 a 6 anos e como a perspectiva sistêmica pode contribuir para compreender esse processo.

Para que tal objetivo geral fosse atingido, analisou-se a dinâmica familiar em processo de separação conjugal; identificaram-se os comportamentos disfuncionais, conforme a abordagem sistêmica de Bowen e Minuchin, encontrados nos processos de separação conjugal; e compreendeu-se como a psicologia, em seu viés sistêmico, pode contribuir para o desenvolvimento de crianças de 2 a 6 anos.

Vale ressaltar que os efeitos da separação conjugal na vida dos filhos são infindos e de difícil avaliação por parte dos profissionais, assim como de difícil compreensão por parte dos pais. As consequências existentes deste processo relacionam-se ao desenvolvimento biopsicossocial da criança. Assim, pela ruptura na dinâmica familiar, há a possibilidade de haver quebra de laços afetivos entre os pais e seus filhos, surgindo a necessidade de uma atenção especial a estas famílias e, mais especificamente, às crianças envolvidas neste processo (COSTA et al., 2015).

Para a psicologia, a pesquisa se mostra relevante para o aprimoramento dos profissionais que atuam na vara da família, mediação de conflitos, na vara da infância e da juventude, varas criminais, entre outras áreas que lidam diretamente com famílias e conflitos familiares. E, de alguma forma, esta pesquisa também contribui para os futuros profissionais

da psicologia, evidenciando peculiaridades do desenvolvimento infantil e como as crianças podem aprender a lidar com a separação dos pais, instrumentalizando-os para a futura prática profissional.

Em relação a importância social, é notório o impacto que a separação conjugal acarreta em diversos aspectos familiares. Dados estatísticos mostram o crescimento do número de divórcio no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (2014), no ano de 1984, que foi o primeiro ano de investigação destes dados, constatou-se 30 847 divórcios. Analisando a evolução dos números de divórcios registrados em 1994, 2004 e 2014, verifica-se um aumento de 205,1%, 38,7% e 161,4% em relação a 1984, respectivamente. Portanto, é perceptível que esses registros tem tido um crescimento gradual.

Vale ressaltar, os dados de casamentos que, de acordo com IBGE (2014), no ano de 1974, o mesmo ano no qual foi pesquisado o número de divórcios, verificou-se 818 990 uniões civis. Verificando-se estes mesmos dados em 1984, 1994, 2004 e 2014 observa-se um acréscimo de 14,3% em 1984; em 1994, um decréscimo de 18,5%; em 2004, um crescimento de 5,7%; e em 2014, com o registro de 1 106 440 uniões, atingindo um aumento de 37,1% em relação aos divórcios.

Então, pode-se observar a diferença entre os dados de divórcios e de casamentos, que no mesmo ano de 1994 houve um aumento de 205,1% e uma redução de 18,5%, respectivamente. No ano de 2004, houve aumento tanto nos divórcios quanto nos casamentos, com as porcentagens de 38,7% e 5,7% respectivamente. No ano de 2014 houve também acréscimo em ambos de 161,4% nos divórcios e 37,1% nos casamentos. Dessa forma, observa-se uma discrepância entre esses dados, sendo o divórcio apontado com dados significativos em relação ao casamento.

Portanto, diante desses dados, percebe-se que os divórcios se fazem presentes na sociedade, sendo, então, de grande valia conhecer os impactos que acarretam à separação conjugal em relação ao desenvolvimento infantil e além disso, saber quais práticas a psicologia tem favorecido para abordar esse processo de separação.

Para tanto, a metodologia utilizada nessa pesquisa consistiu em uma revisão sistemática de artigos entre o período de 2007 e 2017, que envolvem o tema abordado, bem como a busca nas plataformas Scielo e BVS-PSI com as seguintes palavras chaves: separação conjugal, infância, visão sistêmica. Posteriormente, os resultados e discussão apresentam análise e apresentação dos artigos encontrados para nortear as considerações finais com os principais dados obtidos.

2. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

De acordo com Papalia e Feldman (2013), o termo desenvolvimento humano baseia-se em estudos científicos que são partes de um processo complexo de mudança e constâncias que acontecem com o ser humano. Há também os aspectos de desenvolvimento que compõe a evolução de cada criança até a vida adulta, denominados como desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

Guedes (2011) afirma que o ser humano não é biologicamente estático, considerando a partir do momento da fecundação até a morte. É bastante conhecido os acontecimentos de mudanças quantitativas e qualitativas, seja no sentido evolutivo ou no involutivo, ou seja, que não tem evolução. Uma vez que, ao longo de duas primeiras décadas de vida, considera-se que o principal funcionamento do organismo humano é crescer e desenvolver-se.

Vale lembrar que, ao pensar em desenvolvimento humano “é necessário compreender as relações que a pessoa mantém com seus contextos proximais (família, escola, comunidade) e contextos distais (valores, crenças e a cultura em geral), assim como a influência das relações bioquímicas no interior do organismo” (GALLO; ALENCAR, 2012, p.28).

Nesse contexto, o desenvolvimento físico se dá através da evolução do corpo e do cérebro, das habilidades sensoriais, da coordenação motora, ou seja, de aspectos que envolvam a saúde biológica (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Bee e Boyd (2011) explanam sobre a evolução do cérebro no desenvolvimento físico. Segundo os autores, no nascimento da criança, o mesencéfalo e a medula são as partes mais desenvolvidas, ambas localizadas na parte inferior do crânio e ligadas à medula espinhal. Assim, em conjunto, regulam a frequência cardíaca, a respiração, o sono, o movimento da cabeça e pescoço, a eliminação, a vigília, todas as funções que um recém-nascido pode realizar relativamente bem.

A parte menos desenvolvida é o córtex cerebral, onde fica a substância cinzenta que cobre o mesencéfalo e está ligada a percepção, movimento físico, pensamento e linguagem. As transformações do cérebro e no sistema nervoso se dão ao longo da infância (BEE; BOYD, 2011). O córtex cerebral é “responsável pelo planejamento, controle das condutas complexas e o comando das funções cognitivas” (GALLO; ALENCAR, 2012, p. 72).

Assim, como há mudança no sistema nervoso, outras áreas também são importantes para o desenvolvimento físico da criança. Papalia e Feldman (2013) apontam que o crescimento das crianças de 3 a 6 anos de idade é rápido, mas em tempo diferente. Em média aos três anos as crianças vão perdendo a forma de bebê e desenvolvendo características

comprida e musculada na infância, tornam-se mais longos os troncos, as pernas e os braços. E ao longo do desenvolver outras partes do corpo vão se formando e ficando similares as de um adulto.

Gallo e Alencar (2012) salientam sobre o tônus muscular que consiste na capacidade de resistência e elasticidade dos músculos. Sendo que, parte do controle tônico é um ato involuntário e que está ligada a atividade intramuscular espontânea e a seu controle neurológico, outra parte é sujeita de controle voluntário. Com isso, de forma gradual, a partir de suas experiências, as crianças vão desenvolvendo a capacidade de controlar seu tônus muscular da forma que o objeto precisa ser manipulado. Nesse momento, vão percebendo que a tensão muscular que elas usam para que possa levantar um baú, não seria a mesma para levantar uma almofada.

Bee e Boyd (2011) caracterizam as habilidades motoras grosseiras como os movimentos de engatinhar, correr, caminhar, e as habilidades motoras finas que são realizadas de uma forma mais leve, como conseguir segurar um lápis, agarrar com as mãos um objeto, recortar papel, entre outras. Ressalta-se que essas habilidades podem ser apresentadas em crianças de todas as idades.

Em concordância com as autoras citadas anteriormente, Papalia e Feldman (2013, p. 251) afirmam que “à medida que desenvolvem habilidades motoras, as crianças em idade pré-escolar mesclam continuamente as habilidades que já possuem com aquelas que estão adquirindo para produzir capacidades mais complexas”. Dessa forma, crianças nessa idade estão em constante mudança e descobrindo novas coisas.

Vale ressaltar um fator relacionado ao desenvolvimento da força muscular da criança, são as adaptações que o sistema nervoso central promove. Conforme a idade e com a habilidade de força, assim como, a maior sensibilização dos comandos neurais, máxima mielinização dos axônios e maior aceleração do transporte de mensagens, essas modificações vão mostrando relação direta com o tipo de fibra muscular em formação (FUNDAÇÃO VALE, 2013).

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, Fonseca afirma que a cognição é o processo de obtenção do conhecimento que se dá através da percepção, da atenção, da memória, do raciocínio, da imaginação, do pensamento e da linguagem. Nesse contexto, faz parte da integridade da propriedade mais sutil e importante do ser humano, advindo de milhões de neurônios e através de mecanismos biológicos e substratos neurológicos do cérebro. Então, fica evidente a inviabilidade de separar a cognição do sistema nervoso e de qualquer que seja a maneira de aquisição de conhecimento (FONSECA, 2014).

Ainda nesse sentido, vale ressaltar o desenvolvimento cognitivo, defendido na visão de Jean Piaget (1896-1980), um renomado psicólogo e epistemologista, precursor no campo da inteligência infantil e um teórico que buscava compreender o desenvolvimento cognitivo humano.

O ponto central da sua suposição sobre o desenvolvimento infantil é que a criança é participante ativa nesse processo de conhecimento, e assim, ela mesma cria seu conhecimento (BEE; BOYD, 2011). Dessa forma, Piaget na sua teoria do desenvolvimento cognitivo considerou 4 estágios para desenvolvimento lógico do ser humano, conforme está apresentado do Quadro 1:

Quadro 1: Estágios do desenvolvimento cognitivo de Piaget

SENSÓRIO-MOTOR (0-2 ANOS)	Nesse estágio, a criança está ligada ao presente, respondendo a todos os estímulos acessíveis, ou seja, a criança usa suas capacidades sensoriais e motoras para atuar no ambiente.
PRÉ-OPERATÓRIO (2-7 ANOS)	Nesse estágio, a criança tem a habilidade de usar símbolos, com palavras, aumentando a capacidade de entendimento e buscando persuadir a todos em torno dela.
OPERAÇÕES CONCRETAS (7-11 ANOS)	Nesse estágio, as crianças passam a pensar de forma lógica.
OPERAÇÕES FORMAIS (DURANTE A ADOLESCÊNCIA).	Nesta última, fase os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar de forma lógica a respeito das ideias abstratas e situações hipotéticas.

Fonte: BEE; BOYD, 2011.

O presente trabalho tem como foco crianças entre 2 e 6 anos, que, conforme a classificação de Piaget (Quadro 1), se enquadram no estágio pré-operatório. Piaget caracteriza o estágio pré-operatório do desenvolvimento cognitivo, afirmando que o pensamento simbólico cresce, porém a criança não faz uso de sua lógica, ou seja, dos seus pensamentos (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Dentro desse contexto, Piaget aborda vários conceitos relacionados ao desenvolvimento cognitivo. Nessa fase, vale ressaltar a função simbólica, que segundo Papalia e Feldman (2013) é a:

capacidade de usar símbolos, ou representações mentais – palavras, números ou imagens para as quais uma pessoa atribui um significado. Sem símbolos, as pessoas não poderiam comunicar-se verbalmente, fazer mudanças, ler mapas ou guardar fotos de pessoas queridas distantes. Os símbolos ajudam as crianças a se lembrar e a pensar em coisas que não estão fisicamente presentes (p.260).

Dessa maneira, deve-se tornar a comunicação de fácil compreensão, pois com os significados de cada imagem ou das palavras, a criança irá assimilar a definição e significado de cada objeto. Através da função simbólica a criança passa a ter o hábito de imitação “[...] No início, a imitação é apenas um prolongamento da ação, envolve o que a criança já possui

em seu repertório e, no caso de movimentos, inclui aqueles que ela pode se ver fazendo” (MOURA; RIBAS, 2002, p. 208).

Na teoria de Piaget, assim como em outras pesquisas, em relação as crianças no estágio pré-operacional, parte-se do princípio que elas têm a capacidade de usar símbolos, como palavras, e assim aumenta consideravelmente o seu entendimento de tudo ao seu redor. Porém, o seu raciocínio sobre a visão de mundo é regularmente fraco (Bee; Boyd, 2011).

Concordando com Piaget, Wadsworth (2001) explana sobre o raciocínio transformacional que é aspecto do pensamento da criança. Nessa fase, a criança não tem a capacidade de raciocinar com êxito sobre transformações. Ao mesmo tempo em que observa a mudança em uma sequência ou situações sucessivas, a mesma mantém o foco exclusivo no componente da sequência, em vez de perceber a transformação que ocorre nas situações, limitando sua atenção a entre os intervalos das situações.

O autor complementa que a criança percebe cada evento de forma particular, não atinge a integração entre uma série de eventos em condição da relação do começo e fim. Dessa maneira, o pensamento da criança é transdutivo, ou seja, é um pensamento que tem ligação entre os fatos, porém não mantém relação entre eles. A criança por meio da transdução tem a capacidade mental de obter vínculo com outros episódios sem que seja necessária a relação de causa e lógica.

Para Piaget (1998), o que surpreende o pensamento infantil é que a criança afirma a todo tempo, mas não mostra provas. Constata-se que, essa falta de provas provém de aspectos sociais da conduta nessa etapa, ou seja, o egocentrismo como indiferenciação entre a sua opinião própria e a dos outros.

Piaget complementa ainda que, quando são direcionadas perguntas em relação às provas para crianças com idade inferior a sete anos, é possível perceber a carência e dificuldade que estas têm de justificar a afirmação. Da mesma forma, as crianças de entre quatro e sete anos não desenvolveram ainda a forma de definições que usam para objetos ou o conceito do uso dos mesmos (“é para...”) sendo assim, influencia a dificuldade que tem de finalizar e justificar algo. A criança nessa idade não tem o domínio verbal evidente.

Nesse contexto, o egocentrismo é uma característica do pensamento de uma criança na fase pré-operacional (WADSWORTH, 2001). Papalia e Feldman (2013) caracterizam como uma forma de contração, ou seja, a maneira que a criança usa para centra-se em alguma situação e desinteressar-se por outras.

Nessa etapa, a criança não reflete os seus próprios pensamentos, resultando o fato dela não estar motivada para questioná-los, ainda que confrontada com sinais que são contrários do

seu pensamento. Quando há uma contradição, a criança egocêntrica tem a conclusão de que a evidência está incorreta, pois seus pensamentos são corretos. Assim, a criança pensa que seu pensamento, a sua opinião, é sempre lógico e correto (WADSWORTH, 2001). Cabe ressaltar que, de acordo com a teoria de Piaget, as crianças menores são centradas nos próprios pensamentos e não conseguem assumir outros pontos de vista ou se colocar fisicamente no lugar de outra pessoa (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Em concordância com Piaget, Bee e Boyd (2011) afirmam que nessa fase pré-escolar, como é denominado pelas autoras, em relação ao egocentrismo, o pensamento é considerado rígido. As autoras destacam ainda que o pensamento é preso por aparências e as crianças apresentam-se vinculadas ao seu próprio ponto de vista. O fato das crianças apresentarem esses pensamentos não se configura egoísmo da parte delas, e sim uma forma de pensar que todos ao seu redor têm a percepção de mundo da forma que elas veem.

Vale ressaltar que, segundo Piaget (1998) as mudanças das ações procedentes do início da socialização não tem relevância somente para a inteligência e para o pensamento, mas refletem também na vida afetiva. Há uma relação entre o desenvolvimento da afetividade e as funções intelectuais, pois essas duas vertentes estão interligadas. Em todo ato as motivações e o dinamismo intenso advém da afetividade, já as técnicas e o ajustamento dos meios utilizados é constituído por aspectos cognitivo (racional).

Refere-se ainda que crianças nessa fase não têm uma ação totalmente intelectual, como por exemplo, os sentimentos intervêm nas resolução de problemas matemáticos, interesses, valores e etc., da mesma forma que não há ações apenas afetivas, como o amor supõe a compreensão. Sendo assim, em todo tempo as ações relacionadas, seja objeto ou pessoas, na intervenção dos dois elementos tem a implicação nos dois.

Nessa fase, é importante ressaltar sobre o desenvolvimento da memória, que no período da segunda infância, há um aprimoramento na atenção, na rapidez e eficiência no processamento de informações e passam a formar memórias de longo prazo (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Em relação à atenção, Cole e Cole (2004) apontam que a habilidade que as crianças têm para se concentrar no que estão realizando não é a única característica da atenção delas, que aumenta ao longo da primeira e segunda infância. As crianças desenvolvem a capacidade de controlar sua atenção para adquirir informações de forma que seja mais eficiente.

No entanto, as crianças pequenas não se recordam bem, quanto às crianças mais velhas, porém as crianças menores tem a capacidade de se concentrar nos detalhes concretos de determinado evento, os quais podem ser esquecidos com facilidade. Já as crianças mais

velhas e os adultos têm o hábito de manter o foco na essência daquilo que aconteceu (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Assim, pode-se entender que a memória é desenvolvida através da relação entre aspectos biológicos e sociais, esta tem início na fase pré-natal. Depois do nascimento, ela se torna uma das principais funções mentais, definindo de que forma o indivíduo se desenvolverá no decorrer da sua vida. É por meio da memória que o passado se torna presente, facilitando que ações tornem-se adaptativas para que os sujeitos possam lidar adequadamente com as demandas que surgem no cotidiano (DIAS; FERNANDEZ, 2011).

Em relação ao desenvolvimento psicossocial, o mesmo se dá da forma como o ser humano interage com meio que está inserido. O sujeito é um sistema aberto e está em constante interação dinâmica com o meio ambiente, dessa forma, contribui para o desenvolvimento da personalidade do ser humano.

Bee e Boyd (2011), baseadas na teoria psicossocial e da personalidade de Erik Erikson, a qual pontua que o crescimento do senso de identidade é gradual, ressaltam que a identidade não está formada totalmente no final da adolescência, mas continua a formação ao longo da vida adulta.

Erik Erikson (1902-1994), psicólogo conhecido pela sua teoria do desenvolvimento psicossocial do ser humano, considerou o desenvolvimento da personalidade em estágios psicossociais que, de acordo com Bee e Boyd (2011), é representado como traz o quadro 2.

Quadro 2: Estágios psicossociais

CONFIANÇA BÁSICA VERSUS DESCONFIANÇA (0-1 ANO)	Nessa fase, a criança desenvolve a confiança na mãe ou no cuidador principal e na própria capacidade de fazer as coisas acontecerem, um componente fundamental em um apego seguro precoce.
AUTONOMIA VERSUS VERGONHA E DÚVIDA (2-3 ANOS)	Nesse estágio, desenvolve habilidades de andar, segurar e outras habilidades físicas que levam a ter livre escolha.
INICIATIVA VERSUS CULPA (4-5 ANOS)	Nessa fase, a criança aprende a organizar atividades diante de algum objetivo; apresenta-se mais assertiva e agressiva.
DILIGÊNCIA VERSUS INFERIORIDADE (6-12 ANOS)	A criança passa a absorver todas as habilidade e normas culturais básicas, incluindo habilidades escolares e o uso de ferramentas.
IDENTIDADE VERSUS CONFUSÃO DE PAPEL (13-18 ANOS)	Nesse estágio, tem como atividade adaptar o senso de self a mudanças físicas da puberdade; alcançar identidade sexual do tipo adulto e buscar novos valores.
INTIMIDADE VERSUS ISOLAMENTO (19-25 ANOS)	Nesse estágio, são apresentados os relacionamentos íntimos que vão além dos amores da adolescência, como por exemplo, casar e formar uma família.
GENERATIVIDADE VERSUS ESTAGNAÇÃO	Nesse estágio, tem como atividade criar os filhos,

(26-40 ANOS)	focar na realização ou na criatividade ocupacional, e ensinar a próxima geração.
INTEGRIDADE DO EGO VERSUS DESESPERO (41 ANOS OU MAIS)	No último estágio há a atividade de se integrar os estágios anteriores e atingir uma identidade básica; aceitando-se a si mesmo.

Fonte: BEE E BOYD, 2011.

Assim, percebe-se que os estágios são divididos de acordo com as idades ao longo da vida do indivíduo. Os estágios aqui descritos serão autonomia versus vergonha e dúvida e iniciativa versus culpa, pois fazem parte do desenvolvimento psicossocial e da identidade de crianças na idade de 2 a 6 anos.

Bee (1997) explana que a autonomia versus vergonha e dúvida de 2 a 3 anos período esse que a criança passa a ter o senso de autonomia. Muitas vezes, não há o cuidado necessário e orientação dos progenitores. Quando não há esse cuidado e a criança passa por momentos de fracassos ou situações de ridículo, o que pode vir acarretar a vergonha e dúvida e não a sensação de autoconceito e valorização.

A atividade desenvolvida nesse estágio é a “habilidade de andar, agarrar, e outras habilidades físicas que levam a livre escolha; completar o treinamento da toalete; a criança aprende controle; mas podem desenvolver vergonha se não manejado adequadamente” (BEE; BOYD, 2011, p.271). Dessa forma, os progenitores devem se atentar para que ao desenvolver essas habilidades, que sejam explicadas a criança de forma que haja compreensão para que não resulte vergonha.

No estágio de iniciativa versus culpa, entre 4 e 5 anos de idade, a criança é capaz de tomar iniciativa de tentar traçar metas. Através de habilidades cognitivas a mesma busca cativar o mundo a sua volta, nesse período a criança tem energia para tomar atitudes que os pais podem considerar agressivas. Assim sendo, uma tentativa de poder, como por exemplo, tentar sair na rua sem um responsável, estragar um brinquedo e ver que não é possível arrumar e jogar na mãe e entre outros (BEE, 1997).

Com isso, as autoras citadas anteriormente complementam que, com esses comportamentos agressivos, os pais podem vir a dar punições, limitando os filhos e ocasionando culpa. Dessa forma, a culpa de certa forma é necessária para que haja a consciência e autodomínio, mas em excesso pode haver inibição do processo de criatividade e interação com as pessoas.

Nessa fase de 2 a 6 anos o senso de identidade é visto também como “um aspecto social: a criança incorpora em sua autoimagem a crescente compreensão de como os outros a vêem” (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 284), ou seja, aumenta sua percepção de como os outros a caracterizam e que conceito as pessoas têm dela.

De acordo com Cole e Cole (2004), o significativo reparo da vida social das crianças, há uma posição na transição da primeira para a segunda infância. Essa transição é acompanhada por desenvolvimentos consideráveis na forma como as crianças pensam a respeito de si mesmo.

Assim, crianças nessa fase passam a ter autoconceito, ou seja, o senso de identidade, esse começa a formar-se na fase dos primeiros passos. Conforme a criança desenvolve a autoconsciência, o autoconceito torna-se compreensível à medida que o indivíduo adquire habilidades cognitivas e lida com as tarefas de desenvolvimento da infância, adolescência e idade adulta (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Bee e Boyd (2011) salientam que na fase pré-escolar crianças passam a ter definição de “quem sou eu”, percebendo suas qualidades e sua função diante da sociedade. Com 2 anos de idade crianças conhecem o próprio nome, e certamente sabem dizer se são meninos ou meninas, e informam seu tamanho, se é grande ou pequeno. Nessa idade, ainda aparentam ser conscientes do meio social em que vivem, descobrindo vários “roteiros” sociais, como por exemplo, o costume com os brinquedos e convívio com os outros. Aos 5 anos de idade elas já desenvolvem a capacidade de dar descrições de si mesmo, em vários aspectos de sua vida.

Cole e Cole (2004) em concordância, afirmam que antes dos quatro anos de idade as crianças não expõem razões objetivas para suas escolhas, apenas manifestam as suas vontades. A maioria das crianças de quatro e cinco anos de idade concentra-se em essencial na gratificação pessoal.

Os mesmos autores apontam a relação que as crianças têm com outras, quando as mesmas passam uma quantidade de tempo relevante entre seus pares, elas tem a necessidade de desenvolver formas para criar um lugar satisfatório para elas dentro do grupo social. Papalia e Feldman (2013) enfatizam que aproximadamente com três anos de idade as crianças passam criar amizades. Consideram que através das amizades e convívio com colegas, elas aprendem a interagir com os demais. Assim, sendo capaz de solucionar problemas de relacionamentos e aprendem a praticar empatia, ou seja, colocar-se no lugar de outras pessoas.

Cole e Cole (2004) salientam, no entanto, dependendo do quanto as crianças chegam ser sensíveis em relação ao envolvimento social, não é de garantia que elas possam ser aceitas pelas outras crianças. Dessa maneira, ao criar uma vida no meio em que vivem, todas as crianças necessitam ter habilidades para competir pela sua posição no meio social. Assim, aprendendo a enfrentar a oportunidade de que possam não ser estimadas, e lidar com os conflitos que podem vir a surgir.

A autoestima também está atrelada ao desenvolvimento psicossocial da criança, que “é a parte autoavaliativa do autoconceito, o julgamento que a criança faz sobre seu valor geral” (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p.283). As autoras referem-se ainda que, a autoestima consiste gradualmente na eficácia cognitiva da criança de caracterizar e da definição de si mesma. Apesar de que, antes dos 8 anos de idade elas não expõem o conceito de valor pessoal, porém, mostram através do comportamento que possuem.

3. VISÃO DE FAMÍLIA NA VISÃO SISTÊMICA

O grupo familiar, de acordo com Dias (2011), é compreendido com um sistema dinâmico constituído, que envolve outros subsistemas que estão relacionados. Assim, realizando funções importantes no meio social, bem como o afeto, a educação, a socialização e a função reprodutora. Dessa forma, o meio familiar é como sistema de comunicação colaborando para a construção de soluções integradoras dos seus membros no sistema como um todo.

Ainda de família é vista como “um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistêmico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior” (DIAS, 2011, p.141). Assim, esse conjunto têm interação tanto no meio interior, entre seus membros, quanto com o meio exterior, no âmbito social.

Nesse contexto, Sanchez (2012) denomina o conjunto familiar como um contexto natural para as pessoas crescerem e receberem apoio familiar (mãe, pai, avô, avó, tios). Todos aqueles que estão inseridos nesse meio devem cumprir o papel de garantir pertencimento e promover a individualização do sujeito, que, por sua vez, elabora a própria identidade.

Cabe ressaltar ainda, que a família na atualidade passou a ter novos arranjos familiares, como a família nuclear, na qual é um sistema que faz parte de um processo de influência mútua com os demais sistemas humanos, como a extensa, o trabalho, a escola, subculturas religiosas e raciais e entre outros. Pode ser considerada como subsistema de uma comunidade. Esse sistema de família possui sua própria suborganização, ou seja, os seus subsistemas (CALIL, 1987). Além desta, são apresentados outros arranjos de família como a família recomposta, que consiste em um novo vínculo conjugal, no qual um dos dois cônjuges leva filhos de relações anteriores. Esse modelo são chamados de “novos arranjos familiares”, tal expressão se dá como característica das diversas configurações da relação entre o casal e conseqüentemente na relação entre a família (GUIMARÃES E AMARAL, 2009).

Além dessas, há também as famílias monoparentais, que são constituídas pelo pai ou pela mãe e os filhos. Essas são decorrentes do divórcio, da viuvez, da opção dos pais, por

adoção por parte das mulheres ou dos homens solteiros, por meio de técnicas de reprodução. Nesse contexto, o crescimento dos divórcios faz com que aumente o número de famílias monoparentais já que na situação do divórcio os filhos passam a viver com um dos progenitores (DIAS, 2011).

E por último, a família homoafetiva composta por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos (DIAS, 2011). Essas são constituídas no mesmo contexto da mesma forma que as famílias nucleares. Sendo assim, a seguir, serão abordados modelos familiares e conceitos relacionados a família, na visão de Salvador Minuchin e Murray Bowen.

3.1 MODELO FAMILIAR DE MINUCHIN

Salvador Minuchin (1921-2017), médico psiquiatra e terapeuta familiar, foi o precursor da terapia familiar estrutural. De acordo com ele, a terapia propicia um esquema para observar os processos de interação familiar, na qual os componentes fundamentais são: estrutura, subsistemas e fronteiras (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007). Minuchin ainda denomina família com um sistema e os cônjuges como um subsistema, no qual se definem em função dos limites de um sistema hierárquico. Assim, o grupo familiar diferencia-se e exerce suas funções por meio de seus subsistemas (FÉRES-CARNEIRO, 1994).

A composição de família, nesse modelo, é a nuclear, na qual é composta por um casal do sexo oposto e filhos. Dessa forma, essa tem funções no meio familiar por meio de subsistema, considerando que cada sujeito pode ser subsistema. Pares, como marido-mulher e pai-filho, também podem ser subsistemas (MINUCHIN, 1982).

Esse contexto de Minuchin definir um conjunto familiar como um sistema, se trata de não ver o sujeito como um ser afastado, isolado, independente de como for o indivíduo sofre e exerce influência sobre algo. Assim, o sujeito não é compreendido unicamente no seu mundo interno, só com seus mecanismos de adaptação e defesa, não que não sejam significativos os fatos da sua história anterior e da sua história atual. Diante disso, a correlação e a organização entre as partes que constituem a totalidade do organismo são necessárias para que o indivíduo exista e funcione. Tal princípio, tem valor em todos os sistemas, desde o mais simples até o mais complexo, a família e todos os indivíduos que estão envolvidos nisso (ANTON, 2012).

Anton (2012) ressalta ainda que os sistemas são constituídos por subsistemas que são inúmeros, considerando seus atributos, suas funções e a até mesmo sua posição hierárquica. Dessa maneira, na família existem diversos grupos, como pais, os filhos, as mulheres, os homens, as crianças, os adultos, os idosos e etc.. Com isso, qualquer um desses subsistemas

pode se destacar, assim, podem vir a exercer maior influência, até mesmo fazer maiores cobranças.

Diante do exposto, Minuchin (1982) divide os subsistemas familiares como subsistema conjugal, que é formado quando duas pessoas do sexo oposto se unem com o objetivo de formar um sistema familiar. Estes, exercendo papéis específicos de forma que haja o funcionamento familiar e tendo como característica o apoio mútuo em suas tarefas. Nesse subsistema, há famílias homoafetivas que são formadas por pessoas do mesmo sexo e que desempenham funções a serem executadas no meio familiar.

No subsistema parental, que se trata de uma nova etapa da família é alcançada com o nascimento do primogênito. Dessa forma, há uma grande mudança no funcionamento familiar. Esta passa a desempenhar atividades para socializar a criança, sem que tenha ruptura das características do sistema conjugal. Além disso, é preciso criar uma fronteira que permita a aproximação da criança com os progenitores, embora ela não participe das funções conjugais.

Já o subsistema fraternal é a primeira etapa para criar vínculos sociais, para as crianças tanto no meio de irmão quanto com os amigos. Nesse contexto, as crianças se unem, isolam-se e aprendem juntas. Em relação aos irmãos, desenvolve a capacidade de negociar, a cooperar em situações e a competir. Já em relação aos outros, aprendem a fazer amizades.

Destarte, Minuchin (1982) ainda explana que o sistema familiar é um conjunto de obrigações ligado à maneira que os membros se organizam e como interagem no meio familiar. Nesta mesma esteira, Anton (2012) afirma que uma organização de qualquer tipo para que sobreviva, é necessária à distribuição de funções, assim como, a importância de estabelecer regras e normas.

Em relação a estrutura familiar, Nichols e Schwartz (1998), em concordância com Minuchin, referem-se a estrutura familiar como padrão arranjado, no qual há interação com os membros da família. Mesmo tendo o conceito determinista, não prescreve e não estabelece o comportamento, mas sim, descreve as consequências que são prováveis. Assim sendo, a estrutura familiar é uma organização dos membros capaz de se adaptar de acordo com as mudanças das circunstâncias. Ou seja, a família faz parte de um sistema sócio-cultural e está livre para transformação e constante mudança, sendo assim aumenta o desenvolvimento psicossocial de cada integrante e contribui para dar continuidade no sistema que está envolvido (ANTON, 2012).

Ainda em seus estudos, Minuchin (1982) afirma que o conjunto familiar funciona por meio de padrões transacionais. Padrões esses que ajustam aos comportamentos dos membros

de uma determinada família. As transações, quando repetidas, estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar, estes padrões reforçam o sistema. Um exemplo disso é quando um pai diz para o filho comer verdura e ele obedece. Essa ação define quem é o pai em relação ao filho e quem ele é em relação ao pai, naquela situação. Em vista disso, operações repetidas, nesses termos, constituem um padrão transacional.

Destaca-se ainda que os padrões, como forma de ajuste do comportamento da família, mantêm-se por dois sistemas o de repressão e o genérico. Estes sistemas envolvem regras gerais e regem a organização familiar e o idiossincrásico, além disso, trata das expectativas recíprocas de um membro específico da família.

Calil (1987), por sua vez, diz que a família é vista como um sistema que é controlado através de regras, definindo o que é ou não autorizado. Assim, estabilizando-se e equilibrando-se em volta de transações que são a efetuação dessas regras. O sistema familiar propicia uma resistência às mudanças com certo limite, mantendo viáveis os padrões de interação desse sistema, ou seja, a homeostasia, conceituada como “o processo de regulação, em funcionamento, dos sistemas vivos” (DURAND, 1992, p.24). Ainda afirma que é um processo que perdura constantemente em estado numeroso do organismo e o estado de numerosos subsistemas componentes.

Minuchin e Fishman (1990) apontam que o sistema familiar tem propensão à evolução e conservação. Assim, as condições de mudança podem vir a ativar os mecanismos de evitação. Apesar disso, o sistema avança para uma complexidade crescente. Embora a família consiga flutuar apenas dentro de uma extensão estabelecida, tem capacidade de se adaptar e mudar ao passo que é mantido o seguimento do sistema.

Diante disso, a vivência no meio familiar é compreendida por distintos graus de proximidade e distância, intimidade ou sem intimidade, vínculos ou sem vínculos. Com isso, são denominadas as fronteiras para caracterizar estes espaços e a forma de como percorrem as influências. As fronteiras são consideradas como a divisão entre os diversos subsistemas familiares, como o parental, o filial, por faixa etária e etc. (ANTON, 2012).

Calil (1987) esclarece que, essas fronteiras tem sua própria delimitação, com isso há um desenvolvimento na dependência da interação ou compartilhamento de trocas com os outros subsistemas familiares. A fim de que se mantenham as características e as diferenças de cada subsistema, as delimitações das fronteiras devem ser respeitadas e são as fronteiras que asseguram a diferenciação entre os membros do meio familiar.

Cabe ressaltar ainda, que as fronteiras são “mais ou menos permeável, separando o sistema do seu meio. É o caso da membrana de uma célula ou da nossa pele. Mas, pode ser

também o limite esbatido de um sistema mal definido, como um grupo social” (DURAND, 1992, p.17). Sendo assim, as fronteiras têm a função de separar no meio externo o deve ou não entrar em contato com meio familiar.

Nesse sentido, Nichols e Schwartz (1998) ressaltam que as fronteiras auxiliam para a proteção da autonomia do grupo familiar e dos subsistemas que está envolvida, tendo que lidar com a proximidade e a hierarquia. Os autores explanam ainda que, as fronteiras estão divididas em: fronteiras rígidas, que são restritas, permitindo pouca relação com os subsistemas externos, ocasionando um afastamento desses. Essas podem ser rígidas ou mal definidas podendo vir a prejudicar o desenvolvimento do ciclo vital impedindo, à transição de etapas, a alteração das funções, a habilidade de executar mais e cada vez melhor as tarefas que envolvam criatividade, que seja produtivas e complexas. Como por exemplo, uma criança excessivamente comprometida com seus progenitores, não tendo a capacidade o suficiente para ter intimidade com ela mesma, dessa maneira está exercendo papéis antinaturais, e no seu papel de filho apresenta-se mal definido (ANTON, 2012).

Já a fronteira nítida é aquela onde há uma variação dentro dos limites normais. “A nitidez das fronteiras dentro de uma família é um parâmetro útil para a avaliação do funcionamento familiar” (MINUCHIN, 1982, p.59). Ressalta-se ainda que, essa fronteira nítida deve ser bem definida para que os membros da família cumpram suas funções, sem interferência inadequada, porém devem aceitar o contato entre os integrantes que fazem parte do subsistema e os demais.

E por fim, a fronteira difusa, aquela que quando se apresenta em um subsistema, é vista como um emaranhamento ou fusão que ocorre no subsistema. Esse emaranhamento é retentivo em vários aspectos, como por exemplo, menosprezar ou até mesmo proibir os amores e desejos que são de importância para o outro. Os pais e filhos com visão particular de si mesmo, acabam amando-se, ou odiando-se, são suficientes ou necessita deles mesmo que com isso se tornam presos das fronteiras rígidas em relação ao seu mundo externo, com isso essa rigidez é mal definida a respeito do funcionamento interno (ANTON, 2012).

Nesse contexto, apresenta-se a família funcional, de acordo com Calil (1987) tem como característica forte aliança com os pais que lidam com seus conflitos por meio de colaboração e satisfação recíproca de suas necessidades. Os casais são maleáveis na forma de lidar com conflitos, usando diferentes métodos em momentos diferentes. Nichols e Schwartz (1998), em concordância, afirmam que essas famílias estão sempre em busca de solucionar seus problemas. Os esposos e esposas têm de aprender a se ajustar um ao outro, criar seu

filhos, enfrentar todos os obstáculos a que vier aparecer, pois ambos devem adaptar-se e resolver as situações.

Mas ao mesmo tempo em que o grupo familiar é funcional lidando com seus conflitos, ele pode ser disfuncional tendo conflitos não resolvidos. Desta forma, Anton (2012) explana que as patologias no meio familiar surgem através de desordens na família. Assim, elas são divididas em patologias de fronteiras como visto anteriormente, a patologia de aliança, a patologia de triângulos e a patologia de hierarquias. Sendo que a patologia de aliança, de acordo com Umbarger (1983), tal patologia se dá de dois tipos: o desvio de conflitos ou a designação de um bode expiatório e a coalisão transgeracionais inadequadas. Na designação de um bode expiatório, em vez de serem assumidos e resolvidos os conflitos, alguns membros do sistema familiar juntam-se e assim passam uma impressão de bem-estar, de forma que esse estado mantenha responsabilizada uma das partes a experimentar todas as tensões e fracassos no meio familiar.

Assim, o bode expiatório antecipa o desastre ofertando-se a sacrifício. Ou seja, o membro da família que exerce essa função ao perceber o desequilíbrio faz com que todas as tensões, agressões sejam atraídas para ele, de tal forma que o parceiro ou outro membro do grupo descarregue através dele toda a raiva, angústia e frustrações (UMBARGER, 1983, apud ANTON, 2012).

Já nas coalisões transgeracionais inadequadas, os pais estabelecem uma estreita aliança com os filhos criando oposição com um dos pares. Assim, um dos pares faz ataques declarados que de tal modo podem ser ofensivos ao funcionamento do sistema familiar.

No que se refere a patologia de triângulos, conforme Umbarger (1983), a patologia de triângulo se dá de forma que um dos pais se vincula a um dos filhos em sua luta conjugal. Dessa maneira, faz com que aconteça um desequilíbrio de hierarquia, no qual pode ser empregado o esforço de tentar encobrir, de expressar, de mediar ou até mesmo controlar as apreensões dos pais.

O autor ainda menciona exemplos de tal patologia como: quando os progenitores estão ligados ao filho, mas existe uma disputa entre eles; a mãe tem um vínculo com filho, já o pai está afastado de um ou do outro; o pai e a mãe estão ligados fortemente, porém tem conflito com o filho. Sendo assim, há uma divergência entre esses sistemas, por isso o desequilíbrio no meio familiar.

Já a Patologia de hierarquia, apresenta-se uma luta entre as hierarquias, acarretando um sofrimento na dinâmica familiar. Essa luta pode acontecer de variadas formas das mais agressivas até as mais encobertas. Nessa patologia, o autoritarismo declarado por partes de

alguns dos membros pode ter significativos abalos diante da suposta fraqueza do outro. Como por exemplo, a mãe se alia ao filho para tirar a autoridade do pai, assim o pai por meio de brinquedos, presentes, ou até mesmo criticar a mãe, para tirá-la do papel de autoridade com filho (ANTON, 2012).

3.2 VISÃO FAMILIAR DE BOWEN

Murray Bowen (1913-1990) foi um dos destaques na busca por respostas de questões que envolviam conceitos familiares. Seus trabalhos começaram do estudo da esquizofrenia, a partir da relação do indivíduo que tinha esquizofrênica com a mãe, no qual ele se impressionou com a forma de sensibilidade emocional que os esquizofrênicos tinham com suas progenitoras. Bowen via tal sensibilidade como o exagero de um processo natural, uma compreensão mais intensa da tendência a reagir emocionalmente ao outro que existe em todos os relacionamentos. Dessa forma, fez muitas descobertas sobre as relações familiares e os aspectos transgeracionais das famílias (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Nichols e Schwartz (2007), citando Bowen, afirmam que nos relacionamentos humanos existem duas forças de vida que os estimulam, assim desenvolvendo certo equilíbrio: individualidade e proximidade. A conciliação entre essas duas forças depende da forma que a mesma aprendeu a lidar com suas emoções, que no termo usado por Bowen consiste na diferenciação de self.

Além da diferenciação do self, Bowen, ainda, na sua teoria familiar, aborda conceitos que fazem parte do relacionamento e dos aspectos apresentados no sistema familiar, que são: triângulos emocionais, processo emocional da família nuclear, processo de projeção familiar, processo de transmissão multigeracional, posição do nascimento dos irmãos, rompimento emocional e processo emocional societário.

A diferenciação do self se trata do desenvolvimento emocional do indivíduo, sendo dentro de um continuum que ocorre a partir da fusão egóica (ego) até a autodiferenciação (CALIL, 1987).

De acordo com Martins (2005), no processo de diferenciação é preciso que o indivíduo seja ele mesmo, e o mesmo ir a buscar de expor uma mínima reatividade as pessoas que fazem parte do meio que está inserida. Uma pessoa diferenciada tem a capacidade de tomar decisões em meio de um sistema emocional cheio, porém reconhece a opinião das outras pessoas, não desconsidera a sua opinião para aceitar a do outros.

Nesse conceito, é vista a escala de diferenciação do self, a qual tem como objetivo ajudar a compreender o processo de amadurecimento do indivíduo, as respostas significativas, e o funcionamento do mesmo (MARTINS; RABINOVICH; SILVA, 2008). De acordo com as autoras, a escala está dividida em quatro quadrantes, que estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Escala de diferenciação de self.

QUADRANTE INFERIOR	A diferenciação do eu é menor. Indivíduos que estão nessa categoria da escala vivem em um mundo de sentimentos e dependentes de outras pessoas, não tem a capacidade de diferenciar razão e emoção.
SEGUNDO QUADRANTE (SITUADO ENTRE 25 A 50)	Nesse quadrante estão as pessoas que ainda são menos diferenciadas, porém tem a capacidade de funcionamento de forma limitada. São pessoas que não tem opinião própria, assim sendo influenciada facilmente.
TERCEIRO QUADRANTE (SITUADO ENTRE 50 E 75)	Estão os indivíduos que tem a sua opinião diferenciada, nesta posição do quadrante as pessoas assumem a “posição eu” e deixa de ser influenciadas pelo julgamento dos outros.
QUARTO QUADRANTE (SITUADO ENTRE 75-100)	São pessoas de uma plena maturidade, que funcionariam com alto grau de independência. São pessoas seguras de si, com opinião bem definida. Assumem responsabilidade por seus atos, são tolerantes a opiniões divergentes e não entram em debates para provar que estão certas.

Fonte: MARTINS; RABINOVICH; SILVA, 2008.

Assim, é possível perceber o amadurecimento do indivíduo e as disfunções na forma de se relacionar.

Já o conceito de triangulação é considerado “como um bloqueador das funções das emoções de um sistema” (CALIL, 1987, p.103). De acordo com Nichols e Schwartz (2007), se o envolvimento da terceira pessoa em apenas um período temporário, o triângulo não se torna permanente. Porém, se a terceira pessoa continua envolvida, como é possível acontecer, e na maioria das vezes acontece, o triângulo faz parte regular do relacionamento. Com isso, o envolvimento de uma terceira pessoa reduz a ansiedade nos pares expandindo-a por três relacionamentos.

Os mesmos autores citam como exemplo, uma mulher irritada com a ausência do marido o seu envolvimento com um dos filhos pode aumentar, tornando assim o triângulo uma difusão da energia que poderia ser dirigida ao casamento de outra forma, ou seja, passando um período maior com a filha. Dessa forma, a cobrança em relação ao marido diminui. Apesar disso, diminui também a probabilidade do marido e da mulher aprenderem a fortalecer os interesses compartilhados e diminui a independência da filha.

No que diz respeito ao processo emocional da família nuclear, este conceito refere-se as forças emocionais na família que operam no decorrer dos anos com padrões frequentes. Bowen, na sua teoria sistêmica, utilizou o termo massa de ego familiar indiferenciada para explicar um possível excesso de reatividade emocional ou fusão na família. No entanto, quando há ausência de diferenciação na família de origem, isso pode acarretar um rompimento emocional do casal, assim ocasionando uma fusão no casamento. Isto ocorre no momento em que as pessoas com os meios emocionais restritos têm o hábito de projetar todas as necessidades umas nas outras e como essa fusão é instável. Pode acarretar situações como, por exemplo, distância emocional reativa entre o casal, conflito conjugal, projeção do problema em um ou mais dos filhos e entre outros. (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

No processo de projeção familiar, o mesmo é caracterizado pelo fato dos pais passarem a falta de diferenciação aos filhos. A fusão emocional nos cônjuges cria tensão e acaba criando conflitos, afastamento emocional ou funcionamento recíproco. Como por exemplo, um marido que está afastado dos pais e irmãos e se relaciona de forma bastante distante com a esposa. Com isso há uma predisposição a se concentrar nos filhos (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Um exemplo desse processo, é quando mãe passa sua ansiedade ao transmitir para seu filho uma carga emocional de suas frustrações, em vez de incentivá-lo no seu processo de diferenciação. Assim, esta atitude afeta o filho emocionalmente, podendo este tornar-se uma pessoa com características infantilizada e desenvolver gradualmente a possibilidade de sintomas de imaturidade psicológica (MARTINS; RABINOVICH; SILVA, 2008).

Ressalta-se que, o objeto desse processo de projeção é referente ao filho por meio do qual a mãe vive de forma mais intensa. Assim, obtém a menor diferenciação tornando-o mais propício à problemas. Porém, não quer dizer que padrões de funcionamento emocional ocasionam disfunção física ou emocional, mas significa que tais processos emocionais na família são uma influência relevante a respeito da capacidade que o indivíduo tem de se adaptar a outros fatores que precipitam disfunção (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

No conceito abordado por Bowen, no processo de transmissão multigeracional, a família é constituída como um meio de transmissão. Há diversas maneiras de transmissão, ou seja, pode ter transmissão na própria vida, em um nome, no sobrenome, no patrimônio, na educação, na cultura ou na profissão. Assim, o processo de transmissão na família é vista como um ponto relevante para a concepção de si mesmo, ou seja, uma forma de contribuir para a formação da identidade do indivíduo. As gerações do grupo familiar repassam

conteúdos que visam proporcionar a sobrevivência dele ao longo do tempo (ALMEIDA et al., 2014).

Este processo tem como característica a transferência de ansiedade de geração para geração. Em cada uma das gerações, o filho que estiver mais envolvido na fusão familiar passa para um nível baixo de diferenciação do self, ou seja, uma ansiedade crônica, ao passo que o filho com menor envolvimento avança para um nível mais alto de diferenciação do self, na qual que seria com menor ansiedade. Na segunda geração, uma pessoa menos diferenciada que os pais, ao formar uma família, poderá optar por um marido ou esposa com um nível que tenha semelhança de diferenciação (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Dessa forma, a transmissão geracional torna-se visível por meio da repetição dos padrões familiares e através dessa transmissão que consiste na sobrevivência e na geração da família (ALMEIDA et al., 2014).

No processo de transmissão multigeracional, os mitos familiares podem ser uma característica da família, pelo fato de passarem de geração para geração. Os mitos familiares fazem parte da vida do ser humano, são passados através de diversas gerações e são pertinentes na vida social, por firmarem os modelos e as ações humanas, formando a realidade que grupo social vive. Os mitos de certa forma influenciam a forma que os indivíduos se relacionam com as pessoas e tudo que há em volta. A vista disso, inteirar-se deles proporciona a compreensão nossa própria história, nossa cultura, crenças e valores, pois mito e razão se complementam (MUNHOZ et al., 2004).

Na teoria boweniana, a posição do nascimento dos irmãos tem em sua perspectiva uma forma relevante para se reconsiderar a concepção de família, em relação a rivalidade entre irmãos. Nessa perspectiva, uma mãe que está ansiosa para assegurar que os filhos não sintam ciúme e atribui a responsabilidade de garantir que os filhos sintam-se amados da mesma forma, mesmo que não seja verdade, mas busca sempre que os filhos não percebam diferença. Tal ansiedade significa o cuidado de tratar os filhos da mesma forma, com o intuito de manter uma igualdade que revela a apreensão que existe por trás (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

De acordo com os autores, um dos filhos fica sensível ao perceber a quantidade de atenção que recebe em relação aos irmãos, podendo resultar em brigas e magoas, justamente o que a mãe queria evitar. Ressaltando que, como a mãe está ansiosa para controlar como os filhos se sentem em relação a essa oposição, a mesma pode intervir nas brigas para pacificar as coisas, com isso privando-os da oportunidade de resolverem a situação e aumenta a razão de sentirem tratados de forma diferente.

Para Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), os irmãos se relacionam intimamente por um período razoavelmente longo, e apresentam uma necessidade e tem desejos comuns, ao perceber, qual a preferência de amor dos pais. Dessa maneira, faz com que esse grupo tenha grande chance de criar desafetos, até mesmo pode vir a ser adversários. Ressalta-se que as disputas fraternais são normais na maioria das famílias, mesmo as que possuam diferenças de valores, estilo ou filosofia de vida de cada uma delas. Essas disputas têm como finalidade conquistar e guardar um lugar dentro do grupo familiar. Dessa maneira, os irmãos buscam garantir uma individualidade, o atendimento satisfatório de interesses e necessidades e eventualmente desfrutar das vantagens do poder.

O rompimento emocional consiste na maneira de como as pessoas manejam a indiferenciação entre as gerações. Em vista disso, a fusão emocional cada vez for maior entre pais e filhos, aumenta a probabilidade de rompimento. Algumas pessoas tendem a se distanciar, seja mudando-se para outro lugar ou de forma emocionalmente o que envolve evitar conversas pessoais ou se afastar da presença de terceiros (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Na maioria das vezes, o corte emocional pode vir a ocasionar danos no casamento. Cada vez que um do casal se distancia do meio familiar, mais aumenta a intensidade do processo emocional no interior do casamento. Apesar de que, um indivíduo que rompe emocionalmente em relação a sua família de origem poderá agir novamente da mesma forma com o companheiro objetivando controlar a própria ligação emocional (LORIEDO; STROM, 2002).

Assim, o processo emocional societário influencia no processo emocional das famílias, contribuindo para o aumento da ansiedade social, e influencia no desenvolvimento funcional delas. Percebe-se ainda que a tensão sistema familiar aumenta e obtendo certa complexidade, e expandindo rapidamente permeado pelos meios de comunicação e avanços tecnológicos que ocorrem na sociedade contemporânea. Desse modo, é possível que tal complexidade social favoreça para um aumento da ansiedade crônica a que pode contribuir para crises sociais, como preconceitos, sexismo, violência, terrorismo, desemprego estrutural (MARTINS, 2005).

4. O PROCESSO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL

A família ao longo dos anos vem passando por transformações nas suas configurações. A partir das mudanças constantemente presenciadas nos núcleos familiares podemos assinalar, de forma breve, algumas modificações realizadas no ordenamento jurídico nacional

(BRITO; PEÇANHA, 2006). E uma dessas transformações é advinda da separação conjugal, ou seja, há o rompimento da relação conjugal entre o casal.

De acordo com o artigo 1.574 no Código Civil 2002, a separação:

“dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de um ano e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada a convenção”. Parágrafo único. “O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges”.

Em concordância com a lei, Oliveira (2009) afirma que normalmente a separação é pedida por um membro do casal, e pode ser denominada como consensual, na qual pode haver possibilidade de acordo entre os cônjuges, ou litigiosa, quando não há possibilidade do casal entrar em acordo. Na separação conjugal há a proposta de divisão de bens, guarda dos filhos, regulamentação de visitas, entre outras.

Nesse ínterim, o casal que se separa, para que ambos possam ter uma nova relação conjugal oficializada, têm que passar pelo processo de divórcio. De acordo com o artigo 1.576 do Código Civil a:

A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação e fidelidade recíproca e ao regime de bens. Parágrafo único. O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges, e, no caso de incapacidade, serão representados pelo curador, pelo ascendente ou pelo irmão.

De acordo com o Código Civil, com Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977, a sociedade conjugal pode ser dissolvida, como é visto no artigo 2º do Código, onde assegura que o divórcio é um dos motivos pelo qual a sociedade conjugal terminar. No entanto, um dos motivos para a dissolução do casamento na lei de 1977 é assegurado no artigo 5º que:

A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e tornem insuportável a vida em comum.

Cabe ressaltar ainda que, tal fato traz também consequências na prática do dever parental, pois o caput do artigo 10º explana que “os filhos menores ficarão com o cônjuge que a separação não houver dado causa”. No artigo 27 do Código Civil 2002 “o divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos também não importará restrição a esses direitos e deveres”.

Por sua vez, o divórcio tem espécies diferentes no Brasil. De acordo com Ramalho (2016), no Divórcio Consensual há acordo entre o casal em todas as formas de anulação do casamento. Dessa forma, se o casal concorda com a partilha dos bens, a guarda dos filhos e o pagamento de pensão alimentícia, eles estão em consenso, por isso a justificativa do divórcio consensual. Já o divórcio litigioso ocorre quando um dos cônjuges ou ambos não estabelecem um acordo em relação ao rompimento do casamento, portanto, a imposição de um juiz,

através das regras legalmente determinadas, resolvendo os conflitos que interfere para a liberação do divórcio.

O divórcio extrajudicial ocorre quando o divórcio é solicitado extrajudicialmente, ou seja, em cartório. Ainda assim, para a realização desse processo devem ser atendidas algumas condições como, a vontade de ambos os cônjuges, de forma que ambos estejam em consenso; inexistência de filhos menores; partes assistidas por advogado, mesmo que sejam umas das partes (RAMALHO, 2016).

Sobral et al., (2014) apontam que na maioria das vezes os genitores, quando encontram-se em litígio, negligenciam as necessidades dos seus filhos, que de certa forma ainda estão em desenvolvimento e ainda são dependentes. Os pais, às vezes, têm dificuldade de distinguir os conflitos conjugais das suas funções parentais. Ao passo que, a criança está no meio desses conflitos, participando desse processo de separação, acaba sendo envolvido de forma direta no conflito dos pais, o que pode vir a causar prejuízos psicológicos e comportamentais.

De tal modo que, a separação conjugal é uma etapa antecedente ao divórcio, que com ele se dá a anulação final do casamento. A partir disso, a separação conjugal ou divórcio também causa mudanças no ambiente familiar. Uma dessas mudanças está relacionada à decisão de qual dos cônjuges fica com a guarda dos filhos. Geralmente, é a mãe quem mantém convívio com os filhos e aumentando a responsabilidade em relação ao desenvolvimento e educação dos filhos (SOUZA; et al, 2012).

Benetti (2006) explica que, funções e estratégias como forma de enfrentamento se utilizadas de maneira inadequada durante o conflito conjugal, podem expor a criança em situação de fragilidade emocional. Visto que níveis de ansiedade, de frustração e de raiva são sentidos pela criança por estar exposta ao conflito não são adequadamente processados. Em algumas situações podem vir a desenvolver afeto deprimido, baixa autoestima ou raiva que, no decorrer do desenvolvimento, acaba prejudicando no processo de amadurecimento do desenvolvimento psicossocial da criança.

Lago e Bandeira (2009), citado por Sobral et al (2014), salientam que a guarda compartilhada pode ser instrumento incentivador de um vínculo saudável. Assim, tem como definição, a condição de uma ou mais pessoas ter o direito estabelecido de forma legal, em cuidar de um menor de idade e manter ele na sua dependência sócio jurídica, e pode ser unilateral ou compartilhada (FREITAS, 2009). Sendo que na guarda unilateral o filho fica com um dos cônjuges ou uma pessoa responsável, ou compartilhada, que é determinada a guarda conjunta, é dividida entre os progenitores. (SOUZA; et al, 2012).

A nova lei da guarda compartilhada de n.13.058 de 22 de dezembro de 2014 no Código Civil assegura que em seu artigo 2:

§ 2o Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

Assim, estabelece como deve ser esse processo de equilibrar a relação dos cônjuges para o bem estar do filho. Em relação ao poder familiar, esse encontra respaldo no Estatuto da Criança e Adolescente (2017) que:

ART. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, é importante que à família, como sistema, atribui-se o papel psicossocial de cuidar e apoiar os seus membros e buscar favorecer a adaptação à cultura atual. A família se estabelece de acordo com as demandas, interações e comunicações que se dão no seu meio interior e exterior. É formada por uma estrutura, por meio das normas transacionais que se repetem e instruem sobre o modo, a forma e com quem todos os seus membros deve se relacionar-se. Assim, o sistema familiar constrói identidade própria e forma de agir, começando das ideologias, crenças e histórias passadas (ALMEIDA, 2011).

Portanto, apresenta-se a alienação parental na Lei nº 12.318/2010 que se respalda no Artigo 2º :

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Por conseguinte, no que diz a respeito aos efeitos de alienação, tem que ressaltar que eles são diversos, mudando de acordo com a idade da criança, características de estrutura de personalidade, traços de caráter, qualidade dos mecanismos de defesa, vínculo estabelecido entre as partes, entre outros fatores (NÜSKE; GRIGORIEFF, 2015).

Os mesmos autores ainda salientam que, nesse contexto, pode causar tristeza a criança, pode ficar distraída, diminuir as brincadeiras ou se isolar em seus pensamentos. É de importância que seja esclarecido que o filho não possui culpa na decisão tomada pelos pais. Às vezes, ocorre da criança se sentir culpada, pelo fato de se percebe o centro do mundo, podendo acreditar ser causador de qualquer situação que aconteça. Dessa forma, o filho pode vir a pensar que os genitores estão terminando não só os acordos entre eles, mas que pode acabar o amor por eles.

Assim, os pais devem estabelecer a comunicação com os filhos e ter a responsabilidade diante da separação, visto que os filhos necessitam do apoio dos genitores (NÜSKE; GRIGORIEFF, 2015).

5. METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão sistemática, que segundo Sampaio e Mancini (2007) é o método de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre um estudo definido. Tal tipo de investigação, proporciona um resumo das possíveis evidências que estão relacionadas a um método específico de intervenção. Se dá por meio da utilização de métodos explícitos e sistematizados de busca, análise crítica e síntese da informação selecionada. A pesquisa utilizou-se das bases de pesquisa a Scielo e BVS PSI.

A análise dos dados conteve como critérios de inclusão os artigos que englobaram as palavras chaves que tinha relação com o tema em estudo, sendo elas: Separação conjugal, Infância e Visão sistêmica. Foram escolhidos artigos entre o período de 2007 a 2017, com idiomas português. Foram incluídos também os artigos que tiveram os resumos disponíveis nas bases de dados pesquisadas. Além disso, o texto completo do artigo também deveria estar disponível na internet ou podendo ser acessado na fonte original.

No que diz respeito aos critérios de exclusão, foram excluídos os artigos que não tiveram as palavras chaves pesquisadas e não possuíam algo relacionado com o tema em estudo. Bem como, foram excluídos os artigos jurídicos que não trouxeram assuntos desse viés e não apresentaram questões psicológicas ou emocionais. Artigos que não eram de idioma português, artigos que não tinham sido disponibilizados na íntegra seus conteúdos, foram excluídos também artigos que não foram publicados entre o período de 2007 a 2017.

Metodologicamente, a natureza da pesquisa caracteriza-se como caráter qualitativo, tendo como objetivo metodológico exploratório e procedimento bibliográfico. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem a finalidade de enumerar ou medir o que foi estudado, e não avalia os dados estatísticos. Tem como ponto central ser de forma mais ampla e define-se à medida que o trabalho se desenvolve, inclui dados descritivos de pessoas, lugares e processos de interação com o próprio pesquisador e a pesquisa estudada. Esse tipo de pesquisa busca a compreensão dos participantes da pesquisa.

Já a pesquisa exploratória consiste “na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o

instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer” (Piovesan; Temporini, 1995, p. 321).

As pesquisas exploratórias têm como objetivo desenvolver, clarificar e modificar conceitos e ideias, considerando a elaboração de problemas pertinentes ou até mesmo hipóteses que possam ser pesquisadas para estudos seguintes. Geralmente, abrangem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Em relação aos procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados normalmente não são usadas nestas pesquisas. São desenvolvidas com a finalidade de possibilitar uma visão geral, aproximando e buscando se familiarizar com um estudo pouco explorado (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica “é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, ensaios teóricos e demais artigos científicos. É, portanto, um estudo de fontes científicas que tratam do tema em estudo” (NEVES; CONEJERO, 2012, p.701). De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico é relevante na elaboração do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a suposição de interpretações que podem servir como de ponto de partida para pesquisas futuras.

A metodologia para a realização da revisão sistemática baseia-se em sete passos: a formulação da pergunta, localização dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta de dados, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados, e por último a atualização da revisão (ROTHER, 2007). De acordo com Sampaio e Mancini (2007), a elaboração da pergunta trata-se de uma investigação científica, para que a revisão sistemática seja boa e de qualidade, para isso é baseada em uma pergunta bem formulada e que seja clara.

Rother (2007) aponta que para a localização dos estudos podem ser utilizadas diversas fontes de busca, no que inclui trabalhos publicados, estudos de especialistas, revistas. Sendo assim, para cada uma dessas fontes deve ser traçada uma estratégia com o máximo de detalhe da busca que foi utilizada. Gorh et al (2013, p.11) sugere nessa fase tenha “a verificação do aparecimento das palavras-chave, observando-se se estas aparecem no título, resumo e/ou palavras-chave do artigo”, o aspecto que diferencia a revisão sistemática de uma revisão tradicional, é a busca realizada de forma ampla (GALVÃO et al. 2004).

Em seguida, na avaliação crítica dos estudos, a qual determina os artigos que irão fazer parte da revisão de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Galvão et al., (2004) salienta que a avaliação crítica é a fase na qual todos os estudos selecionados passam por uma avaliação com rigor metodológico, com o objetivo de verificar se os métodos e resultados

encontrados nas pesquisas são suficientes e válidos para serem considerados. Na coleta de dados, Galvão et al (2004, p.553) afirmam que “varia de acordo com cada revisão sistemática e está relacionada com a pergunta determinada no início do processo”. Todas as variáveis em estudo devem ser verificadas e resumidas, considerando as características do método, os participantes e objetivo clínico, os quais possibilitarão ou não o uso desse estudo (ROTHER, 2007).

Posteriormente, na análise e apresentação dos dados, os estudos devem ser agrupados de acordo com a semelhança entre os estudos selecionados. Cada agrupamento deverá ser estabelecido no projeto, tal como a forma de apresentação gráfica e numérica, assim facilitando a compreensão do leitor (ROTHER, 2007).

No que diz respeito à interpretação dos dados, é significativo que os pesquisadores considerem todas as possíveis fontes de erros, que pode vir a comprometer a relevância do estudo em análise. Nessa fase, um conhecimento aprofundado de métodos de averiguação e de análise estatística, assim como, as medidas ou instrumentos de mensuração aplicado, é um quesito fundamental para que os pesquisadores possam executar a sua tarefa (SAMPAIO; MANCINI, 2007). No momento da interpretação de dados, a finalidade é estabelecer a força da evidência que foi encontrada e a importância da aplicabilidade, dos custos e da prática dos resultados encontrados, e definindo de forma clara os riscos e benefícios (ROTHER, 2007).

Na apresentação dos dados, segundo Galvão et al (2004) os artigos envolvidos na revisão podem ser apresentados em forma de quadro, o qual busca destacar as características principais, como: autores, ano de publicação, número de sujeitos, grupos de comparação, protocolo de intervenção, variáveis dependentes e principais resultados.

Para a análise de dados, foi realizada a pesquisa e as categorias analisadas, e com os achados desta pesquisa foram construídos quadros para mostrar os resultados obtidos. Os artigos foram separados de acordo com afinidade de tema e os resumos foram copiados na íntegra dos artigos estudados. Os quadros expõem os títulos de publicação e autores; ano de publicação; resumo; e plataforma. Por fim, a atualização da revisão, uma vez publicada a revisão sistemática passa por um processo de avaliação crítica, sugestões, ideias e quando pertinente vem nas próximas edições, e são atualizadas por autores externos, sempre que surgir estudos recentes ao tema (ROTHER, 2007).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca dos dados para a solução do problema da pesquisa em estudo deu-se nas plataformas BVS-PSI, SCIELO, sendo que 12 (doze) artigos foram selecionados de acordo com o critério de inclusão. Porém, 3 (três) deles não estavam relacionados com a abordagem que a pesquisa propõe, ou seja, a sistêmica, sendo, portanto, descartados.

Desse modo, o total de 9 artigos revelam uma carência de assuntos sobre a temática supracitada, bem como a necessidade de ampliar os estudos, no que diz respeito à separação conjugal e suas consequências no desenvolvimento de crianças de 2 a 6 anos.

Dentre as pesquisas realizadas, o período curto de publicação dos artigos (11 anos) pode ser considerado como uma das possíveis causas de se ter encontrado poucas publicações sobre o tema deste trabalho. A pesquisa abrange os anos de 2007 a 2017, porém, entre os artigos encontrados neste período houve apenas 1 (um) corresponde a 2007 e 1 (um) a 2008, e os outros entre 2012 a 2016, ou seja, conclui-se que é recente a pesquisa sobre o tema.

Vale ressaltar, que os artigos utilizados para a revisão, foi possível verificar que entre os 9 (nove) artigos, 3 (três) deles são das mesmas autoras Sabrina Daiana Cúnico e Dorian Mônica Arpini, verificando interesse maior em relação ao assunto.

Para melhor compreensão de como foi realizada a pesquisa e as categorias analisadas, seguem os achados mais importantes deste trabalho, por meio de quadros para mostrar os resultados obtidos. Os artigos foram separados de acordo com a categoria e os resumos foram copiados na íntegra dos artigos estudados. A seguir, serão apresentados quadros, que expõem os títulos de publicação e autores; ano de publicação; resumo; e plataforma.

Quadro 4: Categoria triangulação.

TÍTULOS E AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	RESUMO	PLATAFORMA
<p>As reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento entre irmãos</p> <p>Angélica Paula Neumann; Eliana Piccoli Zordan.</p>	<p>2013</p>	<p>Esta pesquisa teve como objetivo investigar as reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento fraterno. A amostra foi composta por três pares de irmãos adolescentes, com idades entre 13 e 16 anos, filhos de pais separados. Os instrumentos utilizados foram um questionário sobre a configuração familiar, uma entrevista semiestruturada e o Familiograma. A análise dos dados foi realizada via Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que a organização familiar anterior e após a separação conjugal dos pais, os padrões afetivos, o modo como os pais lidam com a ruptura conjugal e o modo como reorganizam as relações coparentais são fatores que interferem no relacionamento fraterno após a separação. Também são relevantes os aspectos específicos da fase do desenvolvimento, pois quando os pais, após a ruptura da conjugalidade, mantêm uma coparentalidade funcional, os filhos ficam mais liberados para seguir em suas tarefas desenvolvimentais.</p>	<p>BVS-PSI</p>
<p>Família pós-divórcio: a visão dos filhos.</p> <p>Leila Maria Torraca de Brito.</p>	<p>2007</p>	<p>O artigo apresenta resultados de pesquisa qualitativa realizada com jovens adultos - filhos de pais separados -, quando se procurou analisar como percebem as mudanças que ocorreram em suas vidas em decorrência do rompimento conjugal dos pais, especialmente em relação à convivência familiar. Com esse objetivo, foram realizadas 30 entrevistas individuais com pessoas das camadas médias da população, residentes no Rio de Janeiro, na faixa etária de 21 a 29 anos, filhos de pais separados. Esperada por alguns entrevistados, inexplicável para outros, a separação dos pais trouxe desdobramentos vistos como desagradáveis por alguns filhos. Dentre essas repercussões, destaca-se o fato de serem colocados no centro das desavenças, o afastamento do pai que saiu de casa, a preocupação com o genitor com quem ficaram residindo e a dificuldade para aceitar novos relacionamentos dos pais. Pela impossibilidade de se generalizar as consequências do divórcio para os membros da família, conclui-se que é de grande importância a avaliação dos desdobramentos da separação conjugal de forma diferenciada no que diz respeito aos pais e aos filhos</p>	<p>SCIELO\ BVS-PSI</p>

Fonte: Elaboração da autora, tendo como fonte os artigos.

Como pode ser observado na Tabela 1, Neumann e Zordan (2013) no artigo “As reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento entre irmãos” realizaram um estudo para investigar as reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento fraterno. Dentre os principais resultados, verificou-se que o convívio fraterno de filhos de pais separados está relacionado às etapas do ciclo vital e a maneira de como cada família se organiza na situação de separação conjugal. Tendo em vista a articulação dos padrões afetivos com relações anteriores à ruptura e o modo de como os pais lidam com esta ruptura.

Dessa forma, tal pesquisa está em concordância com o subsistema fraternal citado por Minuchin (1982), que consiste na primeira etapa para criar vínculos sociais, para as crianças tanto no meio de irmãos quanto com os amigos. As crianças se unem, isolam-se e aprendem juntas. Em relação aos irmãos, desenvolvem a capacidade de negociar, a cooperar em situações e a competir.

Pode-se observar ainda no artigo analisado, que ao passar pelo processo de separação conjugal a família pode apresentar patologia de fronteira, ou seja, tendo uma ruptura em relação à forma de auxiliar, a proteção da autonomia do sistema familiar e dos subsistemas que estão envolvidos no mesmo. Então, tem-se uma dificuldade com a proximidade e a hierarquia entre o casal. Assim, dificultando o relacionamento entre os filhos.

Identifica-se no artigo citado o conceito de triangulação por parte do casal, ao passo que acontece a separação conjugal e caso haja a participação de uma terceira pessoa no sistema pode vir a ser um bloqueador das funções das emoções do meio familiar. Assim como visto no decorrer do trabalho, está relacionado com os casais ao terem outros relacionamentos que pode ter ou não uma ruptura.

Ainda na análise do artigo de Neumann e Zordan (2013), ao perceber o rompimento conjugal dos pais, os filhos buscam duas forças, a de individualidade e de proximidade. Assim, essas duas em acordo fazem com que os filhos aprendam a lidar com suas emoções frente a esse processo de separação. Visto que o equilíbrio dessas duas forças contribui para a boa relação do sistema familiar, no que se refere ao termo utilizado na teoria sistêmica por Bowen, a diferenciação de self.

No artigo a “Família pós-divórcio a visão dos filhos” da autora Brito (2007), teve como objetivo apresentar em sua pesquisa com jovens adultos que são filhos de progenitores separados. A autora buscou analisar como eles percebem as mudanças que aconteceram em suas vidas resultantes da ruptura conjugal dos pais, dando ênfase a relação à convivência familiar.

Em tal artigo, ainda notou-se a triangulação quando há o envolvimento de uma terceira pessoa no meio do sistema. Dessa forma, Brito (2007) constatou que há resistência por parte dos filhos para aceitar o novo relacionamento dos pais. Verifica-se que a não aceitação dos filhos pode vir a acarretar o distanciamento emocional entre pais e filhos. Pode-se identificar através desse fator a patologia de hierarquia, onde um dos genitores passa a mostrar mais autoridade diante do filho e o outro genitor procura tirar a autoridade desse, assim envolvendo a criança em tal situação de luta de poder, causando um dano na estrutura familiar.

Assim, foi possível verificar, neste artigo, o desenvolvimento cognitivo dos filhos, ao passo que presenciavam a briga dos pais e não entendiam o que estava acontecendo. Trazendo para o contexto dessa pesquisa, uma relação com o pensamento transtutivo, que a criança tem na faixa etária de 2 a 6 anos, que em concordância com Piaget e Wadsworth (2001), a criança com tal pensamento obtém vínculo a episódios, porém não tem uma relação de causa e lógica.

Quadro 5: Categoria desenvolvimento psicossocial.

TÍTULOS DE PUBLICAÇÃO E AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	RESUMO	PLATAFORMA
<p>Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. Amanda Pansard Alves Dorian Mônica Arpini Sabrina Daiana Cúnico</p>	<p>2015</p>	<p>A guarda compartilhada, apesar de ser compreendida como um avanço nas relações parentais pós-divórcio, ainda é recente no ordenamento jurídico brasileiro. Diante disso, este estudo buscou conhecer o relato de pais e mães a partir de suas vivências em relação a esta modalidade de guarda. Para tanto, integraram esta pesquisa três mães e dois pais que estabeleceram em acordo, realizados em uma assistência judiciária gratuita, a guarda compartilhada. Esse estudo teve caráter qualitativo, sendo executado a partir de entrevistas semidirigidas de questões abertas. Como resultados alcançados foi possível identificar que os participantes tinham entendimento claro acerca de como deve funcionar a guarda compartilhada. Contudo, foram relatadas dificuldades para o exercício desta modalidade de guarda, com destaque para a ausência paterna, a entrada de um terceiro – nova companheira do pai – e o conflito entre os ex-companheiros após o fim da relação. Diante desses impasses apresentados para o exercício da parentalidade conjunta após o término do relacionamento, entende-se necessário um acompanhamento aos pais com relação ao exercício dos cuidados parentais após a separação, para com isso auxiliar no fortalecimento da relação entre pais e filhos após o desenlace conjugal.</p>	<p>BVS-PSI</p>

<p>Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal.</p> <p>Fernanda Cabral Ferreira Schneebeli; Maria Cristina Smith Menandro</p>	<p>2014</p>	<p>No Brasil, na maior parte dos casos, a guarda dos filhos ainda é unilateral e materna, pois se parte do princípio de que é natural que eles sejam criados pelas mães, com o auxílio dos pais. A edição da Lei da Guarda Compartilhada (Lei 11.968/08), contudo, reativou a discussão dessa concepção naturalista. Com base na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, este artigo refere-se a uma pesquisa que buscou averiguar as representações sociais da guarda de filhos no atual contexto. Foram entrevistadas 30 pessoas, habitantes de Vitória/ES, com filhos de até 18 anos incompletos. As respostas foram interpretadas por análise de conteúdo temática. Os resultados indicam preferência pela guarda unilateral e resistência à guarda compartilhada devido à ligação que se faz entre as representações sociais da maternidade e da paternidade com as representações sociais da guarda de filhos.</p>	<p>SCIELO</p>
---	-------------	--	---------------

Fonte: Elaboração da autora, tendo como base os artigos.

Em relação à guarda compartilhada, no artigo acima “Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal”, Brito (2001), citado por Schneebeli e Menandro (2014), salientam na sua pesquisa que a guarda busca proporcionar que os dois genitores (pai e mãe) tenham participação na vida dos filhos. Como por exemplo, na divisão de responsabilidades e tarefas parentais, mesmo depois da separação. Consiste no modelo familiar que protege o bem-estar emocional dos filhos e oportuniza que a convivência familiar de pais e filho seja em harmonia.

Essa pesquisa está relacionada com o que define a lei da guarda compartilhada de n.13.058 de 22 de dezembro de 2014 no Código Civil

§ 2º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

O artigo que cita a pesquisa feita sobre guarda, relaciona-se ao artigo do código civil, ressaltando sobre convívio dos filhos com os pais, sendo assim, os filhos têm prioridade nesse processo. Dessa forma, tal estudo nota que a guarda pode ser vista de forma positiva na vida dos filhos, quando há uma boa relação por parte dos pais. Porém, torna-se ponto negativo quando há possíveis rupturas entre essa relação, assim, podendo vir acarretar uma confusão de papéis no desenvolvimento infantil dos filhos.

Verificou-se que, conforme o artigo de Schneebeli e Menandro (2014), a família tem papel fundamental no desenvolvimento psicossocial dos filhos, o que se relaciona com o conceito de família que é um sistema que tem interação tanto com o seu meio interior, como no meio social. Assim, a criança se desenvolve e, em caso de ruptura conjugal, é necessário que os pais estejam atentos a essa relação.

Ainda em concordância no artigo “Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental”, dos autores Alves; Arpini; Cúnico, (2015) a guarda compartilhada, é fundamental para que o ex-cônjuge tenha recurso para analisar e decidir sobre a execução da prática parental após o divórcio. No entanto, vale ressaltar que, mesmo que em certas situações tenha falha na experiência, ou seja, na vivência, ou até mesmo, na compreensão em relação a guarda compartilhada, mesmo assim, é importante ser entendida como uma maneira de garantir o exercício parental de ambos.

Dessa forma, a pesquisa de Alves; Arpini; Cúnico, (2015) traz que a guarda compartilhada é uma forma de equilibrar as relações parentais na criação dos filhos. Identifica-se, nesta pesquisa, o desenvolvimento psicossocial da criança, enfatizando a faixa etária de 2 a 6 anos, que de acordo com os estágios de Erikson (1902- 1994) é autonomia

versus vergonha e iniciativa versus culpa, pois os genitores devem estabelecer uma boa relação para que as crianças, devido os filhos necessitem da ajuda de ambos nesse período.

Deste modo, ao passo que as crianças buscam autonomia e eles precisam de auxílio para desenvolver atividades, como uso do toalete, tais habilidade quando não explicadas e direcionadas, podem causar sentimentos de vergonha nas crianças. Em relação ao estágio de iniciativa versus culpa, no qual a criança passa a tomar atitudes e iniciativas que os genitores podem considerar como agressivas, como por exemplo, um brinquedo que estraga e a criança joga em alguém. E, quando recebem punição dos pais sentem sentimento de culpa, porém é necessário para que a criança tenha consciência e autodomínio de suas ações (BEE, 1997). Dessa maneira, no contexto de ruptura conjugal é importante essa boa relação entre os progenitores, para que juntos possam contribuir para esse desenvolvimento da criança.

Foi possível verificar no artigo “Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental” dos autores Alves; Arpini; Cúnico, (2015) que, caso não haja um exercício parental eficaz, não tendo um bom relacionamento entre os ex-cônjuges, a alienação parental pode ser desencadeada.

Identifica-se ainda no artigo de Alves; Arpini; Cúnico, (2015) que o afastamento de um dos genitores durante o processo de guarda relaciona-se com o processo emocional familiar nuclear da teoria sistêmica de Bowen. Ao passo que há uma falta de diferenciação desenvolvendo um rompimento emocional entre o casal, assim interferindo no relacionamento dos filhos com os genitores.

Quadro 6: Categoria transmissão multigeracional; processo de projeção e patologia de triângulo.

TÍTULOS DE PUBLICAÇÃO E AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	RESUMO	PLATAFORMA
<p>"Quem assume a função do pai?": discussões sobre a separação conjugal. Ana Paula Medeiros ; Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes; Leandro Soares da Silva ; Valéria Barbieri.</p>	<p>2013</p>	<p>A literatura enfatiza a importância da família para o desenvolvimento emocional da criança. Este estudo objetivou demonstrar como a psicoterapia pode ser buscada para diminuir as responsabilidades dos pais no cuidado do filho. A mãe procurou atendimento psicológico alegando que o filho, de oito anos, sofria a ausência do pai após o divórcio do casal. Percebeu-se que a criança procurava ocupar o espaço do pai, amadurecendo precocemente. A mãe sentia-se a única responsável pelo cuidado do filho. A tentativa era que o terapeuta pudesse dividir com ela as responsabilidades, de forma que ela se sentisse menos culpada por eventuais prejuízos do filho. Há necessidade da família em encontrar uma figura paterna. Outros estudos devem ser realizados para aprofundar a discussão.</p>	<p>BVS-PSI</p>
<p>Não Basta Gerar, Tem que Participar? – Um Estudo Sobre a Ausência Paterna. Sabrina Daiana Cúnico & Dorian Mônica Arpini</p>	<p>2014</p>	<p>O presente estudo buscou conhecer, por meio de uma abordagem qualitativa, quais as possíveis razões para a ausência paterna na vida dos filhos após o rompimento conjugal. Para tanto, foram entrevistados pais que participaram do serviço de mediação familiar e tiveram acordo homologado judicialmente em um Núcleo de Práticas Judiciárias Gratuitas. A pesquisa foi realizada utilizando a técnica de entrevistas semidirigidas de questões abertas, e os resultados analisados por meio da análise de conteúdo temática. Os pais relataram terem se sentido vítimas de um golpe – o golpe da barriga – que teve por objetivo mantê-los em um relacionamento em vias de dissolução. Assim, apresentaram dificuldades em estabelecer um vínculo afetivo com esse filho, visto que amá-lo seria assumir a efetividade de tal golpe. Ademais, foram identificadas semelhanças na história familiar dos participantes que envolviam a paternidade, as quais, por não terem sido problematizadas, não se tornaram objeto de reflexão, o que levou à repetição. Por fim, entende-se que o estudo aponta a importância do cuidado com relação aos efeitos da dissolução conjugal no que tange ao exercício dos papéis parentais, em especial, à paternidade.</p>	<p>BVS-PSI</p>

Fonte: Elaboração da autora, tendo como fonte os artigos.

O artigo de Medeiros et al., (2013) com o título “Quem assume a função do pai?": discussões sobre a separação conjugal”, aponta como objetivo mostrar como a psicoterapia pode ser buscada para ajudar nas responsabilidades dos pais no cuidado do filho. Nesta pesquisa ainda foi possível identificar que ao passo que um dos genitores não aceita a separação, isso pode influenciar no desenvolvimento psicossocial dos filhos. Como visto no caso clínico estudado no artigo, a criança passará a ter um papel de adulto, onde o relacionamento da mãe era de igual para igual, assim a criança perde a essência do lúdico.

Verificou-se também, o desenvolvimento psicossocial, conforme Cole e Cole (2004), dependendo da maneira que as crianças ficam emocionalmente sensíveis no relacionamento social, não é de garantia que possam ser aceitas por outras crianças. Sendo que no artigo de Medeiros et al., (2013) a criança do caso clínico não é aceita pelos colegas, pelo fato de ser maltratado por eles e a criança revidar. Assim, trazendo para esse contexto, a separação pode vir a intervir no relacionamento social dos filhos, visto que os mesmos sentem-se fragilizados.

Identificou-se ainda, no estudo de caso do artigo, a presença de patologia de triângulo, a medida que a criança não possui vínculo com o pai e a mãe tenta fazer essa aproximação não obtendo sucesso. Dessa forma, de acordo com Umbarger (1983) citado por Anton (2012), um dos genitores se une aos filhos com o intuito dos mesmos fazer parte dessa luta conjugal.

O estudo intitulado “Não Basta Gerar, Tem que Participar? – Um Estudo Sobre a Ausência Paterna” das autoras Cúnico e Arpini (2014) que teve como objetivo buscar conhecer, através de uma abordagem qualitativa, quais seriam as possíveis causas para a ausência paterna na vida dos filhos após a separação conjugal.

Nesse artigo, foi verificado que o processo de transmissão multigeracional da teoria sistêmica de Bowen, quando o estudo de Cúnico e Arpini (2014) aponta a carência de comunicação que o participante experienciou com o pai e que parece estar reproduzindo com o filho. Identificando-se que tal falta de comunicação passa de geração para geração, assim adquirindo um rompimento emocional entre ambos.

Diante disso, identifica-se uma quebra de vínculo entre pai e filho, o que se relaciona com o processo de projeção familiar da teoria de Bowen, no qual Nichols Schwartz (2007) aponta que a ruptura conjugal entre os cônjuges cria conflitos e distanciamento, assim passam para os filhos a ausência de diferenciação.

Quadro 7: Categoria novos arranjos familiares e consequências familiares.

TÍTULOS DE PUBLICAÇÃO E AUTORES	AN O	RESUMO	PLAT AFOR MA
<p>Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. Sabrina Daiana Cunico; Dorian Mônica Arpin.</p>	<p>20 14</p>	<p>O presente estudo é de caráter qualitativo e teve como objetivo compreender as questões que perpassam o fim do relacionamento conjugal, a parentalidade desempenhada após a dissolução bem como as diferenças atribuídas ao desempenho dos papéis parentais sob o olhar de mulheres chefes de família. Participaram do estudo dez mulheres mães que eram provenientes de grupos populares e compunham uma família monoparental. Destas, sete eram solteiras, uma era separada e duas divorciadas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais e foram analisados seguindo os pressupostos da análise de conteúdo temática. Os resultados apontaram uma vivência na separação conjugal na qual os parceiros transferem conflitos para a relação com os filhos. Além disso, evidenciou-se a importância de ultrapassar alguns paradigmas que permeiam a maternidade e a paternidade, dissolvendo, em especial, as perspectivas naturalizadas em relação ao fato de a mãe ser sempre a melhor cuidadora e o pai ser secundário na relação com os filhos.</p>	<p>BVS- PSI</p>

<p>A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade Kamêni Iung Rolim; Maria Isabel Wendling.</p>	<p>20 13</p>	<p>Atualmente as pessoas experienciam novas formas de construir vínculos conjugais e dissolvê-los, visto que estes se encontram cada vez mais fragilizados. Separações e divórcios têm sido frequentes, ocorrendo várias vezes ao longo do ciclo vital, fato que não acontecia anteriormente. Esses processos podem ser vivenciados envolvidos em níveis de saúde ou doença, e observa-se que tanto conflitos conjugais quanto a vivência do divórcio fomentam intensas demandas de procura por atendimento psicológico. O presente estudo propõe uma revisão teórica de estudos na área com vistas a problematizar tais fenômenos e ampliar a compreensão dos mesmos. São abordados os vínculos relacionais na formação e dissolução da conjugalidade, repercussões e possibilidades de intervenção, partindo da perspectiva sistêmica acerca de aspectos relacionais envolvidos nesses processos. Observa-se que muitas mudanças sociais inerentes à pós-modernidade têm afetado a tônica da dinâmica conjugal, e suas especificidades carecem ser compreendidas para ampliar o potencial das intervenções adotadas.</p>	<p>SCIEL O</p>
<p>Identificação das queixas de adultos separados atendidos em uma clínica-escola de Psicologia. Rita Aparecida Romaro; Patricia Evangelista C. Leal Oliveira.</p>	<p>20 08</p>	<p>Este estudo objetivou caracterizar as queixas dos adultos separados atendidos em uma clínica-escola da cidade de São Paulo, entre 1996 e 2000, em função do sexo, faixa etária, escolaridade, tipos de queixas, encaminhamento e adesão ao tratamento. Empregou-se uma metodologia descritiva retrospectiva documental, de consulta aos prontuários clínicos. Dos 28 pacientes separados atendidos nesse período, encontrou-se a predominância do sexo feminino (78,5%), na faixa etária de 31 a 35 anos (28,5%), 2º grau completo (25%), com encaminhamento realizado pelo psicólogo ou estudante de Psicologia (35,7%). Foram listadas 86 queixas, predominando as de ansiedade, insegurança, medo (42,8%) e depressão (32,1%). A separação foi citada como parte da história clínica em 60,7% dos casos; o encaminhamento para psicoterapia</p>	

		breve ocorreu em 75% dos processos, e foi concluída em 63% dos casos. A principal implicação deste estudo refere-se à falta de pesquisas relacionadas que especifiquem as queixas das pessoas separadas ou divorciadas.	
--	--	---	--

Fonte: elaboração da autora, tendo como fonte os artigos.

O artigo intitulado “Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família” das autoras Cúnico e Arpini (2014), teve como objetivo compreender as questões que permeiam o final do relacionamento conjugal, o papel parental desempenhado após a separação. Além disso, mostra as diferenças atribuídas ao desempenho dos papéis parentais sob a perspectiva de mulheres chefes de família.

Tal pesquisa também constata o que já expôs Calil (1987), onde diz que na atualidade, a família começou a ter novos arranjos familiares. O artigo ainda apontou sobre as famílias recompostas, como citado por Guimarães e Amaral (2009), famílias constituídas por um novo relacionamento conjugal, onde um do casal ou os dois levam filhos de vínculos conjugais anteriores. Dessa maneira, Cúnico e Arpini (2014) salientam em seu estudo que esse tipo de arranjo familiar pode ser um dos fatores de distanciamento entre pais e filhos. Por outro viés, constaram que, ao passo que a nova parceira tinha uma boa relação com os filhos, o pai estaria mais próximo.

No artigo citado ainda verifica-se que a família monoparental é aquela que faz parte desses arranjos, na qual são meios familiares decorrentes de divórcio, de casos de viuvez, adoção de homens ou mulheres solteiras e entre outros (DIAS, 2011).

Verificou-se também no estudo do artigo “Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família”, que o casal ao se separar e haver o déficit no exercício de parentalidade. Constata-se que, diante dessa análise a alienação parental, a medida que ambos os genitores não cumprem a sua função em relação a parentalidade para com os filhos, pode causar conflitos, apontando um para o outro a falta da sua presença com os filhos.

O artigo de Rolim e Wendling (2013), intitulado “A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade”, teve foco na pesquisa dos processos relacionais, com base na abordagem sistêmica. Em tal estudo, trata-se que as dissoluções conjugais estão cada vez mais fragilizadas, devido à separação ou divórcio. Esse estudo aponta em relação às repercussões da separação. Féres-Carneiro (2003) citado por Rolim e Wendling (2013) salienta que, no que diz respeito aos cônjuges com filhos, é possível perceber que na maioria das vezes há a dificuldade de diferenciar conjugalidade de parentalidade. Tratando a separação como se fosse dos filhos e não do casal, o que pode vir a causar uma crise, que acaba atingindo todo o sistema familiar. Então, pode-se desenvolver uma falha no processo emocional, conforme a teoria de Bowen, ou seja, quando há uma carência de diferenciação na família. Assim, foi possível identificar que essa crise pode causar

gradativamente a alienação parental. O casal, ao ter dificuldade em estabelecer essa diferenciação, acaba não reconhecendo o seu papel diante da separação e assim desorientando os filhos.

O estudo de Rolim e Wendling (2013) aponta também que o casamento atualmente tem base mutável, ou seja, que pode haver transformação, assim apresentando novas relações conjugais, como por exemplo, recasamento, separação, união de pessoas do mesmo sexo e entre outras. Assim, constata-se que podem haver mudanças, e sendo flexível ao novo e diferente. No que diz respeito a teoria sistêmica, os sistemas estão interligados, podendo ocorrer transformações.

Os autores visam a importância da atuação do psicólogo, que por meio de intervenções, compreende as crises dos casais. Além disso, ressaltam que a dissolução conjugal pode acarretar sintomatologias diversas e que podem propiciar um forte sofrimento para todos os envolvidos do sistema, como para os filhos, por exemplo. Nesse contexto, a intervenção do profissional psicólogo seria a terapia familiar ou em grupo com base nos pressupostos da visão sistêmica. Sendo assim, o terapeuta familiar trabalha o contexto no qual a família está inserida, procurando estratégias para o crescimento de cada membro familiar, desenvolvendo uma boa relação entre o sistema.

O artigo intitulado como “Identificação das queixas de adultos separados atendidos em uma clínica-escola de Psicologia” das autoras Romaro e Oliveira (2008), nos dados verificados nesse estudo, percebe-se que estão em concordância com os apontados por Souza et al, (2012), ou seja, a separação conjugal ou divórcio causam muitas mudanças no meio familiar.

Dessa maneira, foram realizadas as análises dos artigos e expostos os resultados encontrados. A seguir, segue as considerações finais do trabalho e sugestões futuras da temática em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa procurou-se compreender como a separação conjugal pode influenciar no desenvolvimento psicossocial de crianças de 2 a 6 anos e além disso, como a psicologia pode contribuir nesse processo. Para isso, foi utilizado o desenho de estudo de caráter qualitativo e o objetivo metodológico exploratório e procedimento bibliográfico. Os artigos foram buscados na plataforma SCIELO e BVS-PSI, entre o período do ano de 2007 a 2017, assim sendo encontrados 9 (nove) artigos de acordo com os critérios de exclusão que propôs a pesquisa.

Destacou-se, na teoria, que a família possui um papel essencial no processo de desenvolvimento dos filhos, ao passo que se a mesma apresentar uma ruptura no meio familiar, aqui visto como a separação conjugal pode vir a causar consequências nos que fazem parte do sistema, no caso os filhos. O sistema familiar contribui para as relações sociais do sujeito, buscando formas de como sujeito integrar o sistema como um todo.

Dentre os estudos analisados, os 9 (nove) artigos mostraram uma carência de pesquisas sobre o tema em questão. De tal modo, há ainda muita necessidade de ampliação e discussão nos estudos, no que diz respeito à separação e as consequências no desenvolvimento infantil. Ressaltando-se ainda, que na análise dos artigos houve a carência de dados que fossem relacionados com o desenvolvimento de crianças de 2 a 6 anos.

Verificou-se também, na análise dos artigos, que os conceitos que mais se evidenciaram foram que nesse processo de separação conjugal ocorre uma ruptura no meio familiar, causando um rompimento emocional dos filhos; processo de transmissão multigeracional; alienação parental como consequência da falta de compreensão do casal no processo de dissolução conjugal, que acaba não diferenciando parentalidade de conjugalidade.

Notou-se ainda, que apesar da separação do casal, os mesmos devem procurar manter uma boa relação para que possam proporcionar para os filhos um bom desenvolvimento psicossocial, no qual a criança na faixa etária de 2 a 6 anos está inserida no estágio de autonomia e iniciativa. Nesse contexto, os filhos precisam desse suporte familiar para que se desenvolvam.

Foi possível identificar ainda que entre nos artigos analisados, mencionam a importância de se pesquisar sobre o tema em questão e que discussão para que haja esclarecimento sobre o tema. Na análise, foi visto que entre os 9 (nove) artigos, 3 (três) deles são das mesmas autoras Sabrina Daiana Cúnico e Dorian Mônica Arpini, verificando interesse maior em relação ao assunto.

Como sugestão de pesquisas futuras, propõem-se aqui, que aja mais publicações de artigos que embase a separação conjugal e consequências no desenvolvimento infantil. Considerando-se que, essa pesquisa teve algumas limitações no que diz respeito à exclusão de artigos em inglês, a dificuldade com as palavras chaves durante a realização da busca dos artigos e a acrescenta-se mais bases de dados. Optou-se dar continuidade no estudo, a fim de buscar uma maior contribuição para o crescimento dos estudos sobre essa temática.

Portanto, percebeu-se que esse assunto é de relevância para os profissionais e acadêmicos de psicologia, e demais profissionais que trabalham nessa área de estudo, além de poder despertar interesse em leitores que passam por problemas discutidos nesta pesquisa. Assim, sabe-se que as considerações aqui discutidas, não suprem todas as discussões relacionadas a esse assunto, mas, como forma de ampliar conhecimentos sobre a temática, sugere-se que tal discussão prossiga e seja alvo de debates, rodas de conversas e pesquisa com grupos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. D. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 86, p. 201-213, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ALMEIDA, M. E.; MAGALHÃES, A. S; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão Geracional da Profissão na Família: Repetição e Diferenciação. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p.454-462, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/15344/12472>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.
- ALVES, A. P; ARPINI, D. M; CUNICO, S. D. Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 3, p. 916-935, nov. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 de março 2018.
- ANTON, I.L. Camaratta. **A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, 448 p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Registro Civil, Rio de Janeiro, v. 41, p.1- 82, 2014. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.
- BRASIL. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm>. Acesso em 16 de novembro de 2017.
- BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.
- BRASIL. Lei 13.058 de 22 de dezembro de 2014. Altera os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.
- BEE, H. **Ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997. 656 p.
- BEE, H; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 568 p.
- BENETTI, S. P. C. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 261-268, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722006000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de maio de 2018.

BRITO, L. M. T. de. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 27, n. 1, p. 32-45, mar. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 março de 2018

Calil, V. L. L. **Terapia familiar e de casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica**. São Paulo: Summus, 1987.

COLE, M; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COSTA, J. B, et al. A prática do psicólogo no atendimento a crianças envolvidas em litígio de guarda. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, v. 13, p.1-26, jan./jun. 2015. Disponível em:<http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/02-13.pdf >. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

CUNICO, S. D; ARPINI, D. M. Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. **Psicol. estudo**, Maringá , v. 19, n. 4, p. 693-703, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722014000400693&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Mar. 2018.

CUNICO, S. D; ARPINI, D. M. Não basta gerar, tem que participar?: um estudo sobre a ausência paterna. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 34, n. 1, p. 226-241, Mar. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 março 2018.

DIAS, L. B. T; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Neuropsicologia do desenvolvimento da memória: da pré-escola ao período escolar. **Revista Neuropsicologia Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.19-26, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnl/v3n1/v3n1a03.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, Viseu, v. 19, p.139-156, 2011. ISSN 0872-0215. Disponível em:<http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD19/gestaodesenvolvimento19_139.pdf > Acesso em 02 de setembro de 2017.

DURAND, D. **A sistêmica**. 5 ed. Dinalivros, 1992.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf> Acesso: 15 de novembro de 2017.

FELIPE, J. O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, C; KAERCHER, G (orgs.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 27-37.

FREITAS, D.P. **Guarda compartilhada e as regras da perícia social, psicológica e interdisciplinar**. Florianópolis: Conceito editorial, 2009.

FERES-CARNEIRO, T. Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível?. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 2, n. 2, p. 53-63, ago. 1994 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov.

FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 31, n. 96, p. 236-253, 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 out. 2017.

FUNDAÇÃO VALE, UNESCO. **Crescimento, desenvolvimento e maturação**. Brasília, 2013, p. 42. (Caderno de referência de esporte). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002249/224987POR.pdf>> . Acesso em: 23 de maio de 2018.

GALLO, A.E; ALENCAR, J. S.A. **Psicologia do desenvolvimento da criança**. Maringá- PR, 2012.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão Sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 12, p.549-556, maio/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n3/v12n3a14>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

GUEDES, D.P. Crescimento e desenvolvimento aplicado à educação física e ao esporte. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 25, p. 127-140, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25nspe/13.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GUIMARÃES, N. V. O; AMARAL, A. C. Famílias com filhos de casamentos anteriores. In: OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 273-285.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901995000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 de outubro 2017.

GOHR, C.F; SANTOS, L.C; GONCALVES, A.M.C; PINTO, N.O. **Um método para a revisão sistemática da literatura em pesquisas de engenharia de produção**. XXXIII encontro nacional de engenharia de produção, Salvador, 2013.

GOLDSMID, R; FERES-CARNEIRO, T. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 13, n. 2, p. 293-308, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 nov. 2017.

LIMA, T. C.S ; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál, Florianópolis, v. 10, p.37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

LORIEDO, C; STROM, P. Os processos de transmissão transgeracional nos casais e o tratamento das problemáticas ligadas às famílias de origem. In: ANDOLFI, Maurizio (Org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.123-138.

MARTINS, E. M. A. Família e o processo de individuação na perspectiva de Murray Bowen. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005.

MARTINS, E. M. A; RABINOVICH, E. P; SILVA, C. N. Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 181-197, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 20 de outubro. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000200005>.

MEDEIROS, A. P et al . "Quem assume a função do pai?": discussões sobre a separação conjugal. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 1, p. 68-78, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mar. 2018.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Trad. Jurema Alcides da Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, 238 p.

MINUCHIN, S; FISHMAN, S. C. **Técnicas de terapia familiar**. Tradução C.K, M. E, F. R. M. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOURA, M. L. S; RIBAS, A. F. P.. Imitação e desenvolvimento inicial: evidências empíricas, explicações e implicações teóricas. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p.207-215, 2002.

MUNHOZ, F. J.S; CENTA, M. L; LENARD, M. H. A influência dos mitos na família: uma reflexão com vistas a um cuidado congruente no programa saúde da família. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 6, n. 2, p.146-153, 2004.

NEUMANN, A. P; ZORDAN, E. P. As reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento entre irmãos. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 35-47, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2018

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NEVES, M. F; CONEJERO, M. A. Uma contribuição empírica para geração de métodos de planejamento e gestão. **R.adm**, São Paulo, v. 47, n. 4, p.699-714, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n4/a14v47n4.pdf>> . Acesso em: 17 de outubro de 2017.

NUSKE, J. P. F; GRIGORIEFF, A. G. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 77-87, jun. 2015 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2017.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar**: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books .

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 793, 2013.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101995000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de outubro 2017.

RAMALHO, S. V. **Divórcio consensual ou litigioso: o que é e como funciona?** 2016. Disponível em: <<https://samuelviegasramalho.jusbrasil.com.br/artigos/349552859/divorcio-consensual-ou-litigioso-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 15 de novembro 2017.

ROLIM, K. I; WENDLING, M. I. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 165-180, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

ROMARO, R. A; OLIVEIRA, P. E. C. L. Identificação das queixas de adultos separados atendidos em uma clínica-escola de Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 28, n. 4, p. 780-793, dez. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mar. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X Revisão narrativa. Redalyc.org, São Paulo, v. 20, n. 2, p.1-3, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307026613004>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Fev. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141335552007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

SCHABBEL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 7, n. 1, p. 13-20, jun. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 ago. 2017.

SCHNEEBELI, F. C. F; MENANDRO, M. C. S. Com quem as crianças ficarão?: representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 175-184, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Mar. 2018.

SOBRAL, A.P. Separação conjugal e seus desdobramentos afetivos e comportamentais no desenvolvimento da criança. **Ciências Biológicas e da Saúde**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 91-108, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/1139/768>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

SOUZA, K. S. M; SMEHA, L. N; AREND, J. C. A relação entre pai e filho(s) após a separação conjugal. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 37, p.7-29, 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1748/2352>>. Acesso em: 08 de novembro 2017.

SANCHEZ, F. A. A família na visão sistêmica. In: BAPTISTA, M. N; TEODORO, M. L. M. (Org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. Cap. 3. p. 39-47. ISBN 978-85-363-2646-7.

WADSWORTH, B. J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.